

filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor



Legislação

Novo Código Civil já passou por quatro minirreformas e impõe mudanças às entidades sociais

Responsabilidade & investimento social

Empreendedorismo social assume dianteira na construção de um mundo igualitário e justo

Captação de recursos

Saber escolher os profissionais certos e administrar competências é a chave do trabalho eficiente

Assistência social

Formação de redes socioassistenciais entre governo e sociedade tende a potencializar ações sociais

Estratégia e profissionalismo garantem vitória na concorrida disputa por recursos financeiros

O MAPA DA MINA

Entrevista

O presidente do Consocial e ex-ministro da Educação fala sobre conscientização do empresariado e critica políticas em educação do governo Lula **Paulo Renato**



Os ingredientes de uma boa “pizzada”!

Não deve ser comum restaurantes e lanchonetes do Planalto Central venderem pizza a seus clientes. Primeiro por ser um prato “exaustivamente servido” em CPIs e em outras investidas governamentais e, majoritariamente, por constituírem os “ingredientes” da receita, ainda que sejam apenas um “orégano” para dar mais sabor aos estrupícios de mais um governo metido em corrupção na história do Brasil.

Severinos deliciando-se de pizza aqui... publicitários acolá... A verdade é que a população registra novamente altíssima taxa de insatisfação com o governo. Talvez não seja com Lula, mas, sobretudo, com o desfalecido sonho de ver um Brasil livre da corrupção.

Há quem diga que o maior de todos os achaques do país seja a ineficiência da educação ou da saúde, outrem dirá que o sistema político atual é inócuo. E infinitas serão as teorias e soluções para trazermos à realidade um cenário sem mazelas e salutar.

Entre tais conjecturas, vale destacar três grandes vilões da locomotiva nacional que atravessa séculos de pura inércia do Poder Público.

O primeiro, e certamente o maior deles, é a **corrupção**. Do Oiapoque ao Chuí, recursos destinados à assistência social ou ao desenvolvimento do país afortunam pequenos principados, regidos por apenas um coronel detentor de algum nome conhecido na política brasileira. Orçamentos milionários à educação ou à saúde viram ações milagrosas dos que recebem e quase nada fazem por uma óbvia insuficiência orçamentária.

Paralelamente a isso, soma-se um estúpido e **inefcaz sistema tributário**, que onera o PIB, prejudica a balança comercial, transpõe porcentagens absurdas ao erário e estabelece margens absolutamente amplas e descongestionadas à sonegação.

Empresários desobrigados de tantos impostos produzem mais e reinvestem na própria produção, gerando empregos – realidade constatada em diversos países que simplificaram a bancarrota fiscal.

Para apimentar esse fracasso administrativo – que padece ainda sob um arcaico sistema presidencialista – a **burocracia e obscurantismo** enraizado na maioria das repartições, e seus respectivos funcionários públicos em todas as esferas do governo, travam a máquina pública gerando imensa lentidão no processo de desenvolvimento econômico, social, político, cultural e, principalmente, humano do país.

Em vez de trazer à população um referendo absolutamente inútil, dada à imensa maioria estar de acordo com o desarmamento – especialmente os cidadãos de bem – por que não promover uma respeitosa repetição da votação de 1993: **Presidencialismo ou Parlamentarismo?**

O Brasil é uma máquina de arrecadar impostos e o contribuinte, ao quitar sua parte, deveria estar fazendo uma pseudo-doação à maior entidade pseudo-filantrópica que se possa imaginar: o governo. Afinal de contas, o Terceiro Setor só é tão grande porque não temos um Primeiro atuante ou, no mínimo, eficiente.

“Não é o poder
que corrompe
o homem.
O homem é
que corrompe
o poder.”

Ulisses Guimarães

Conselho Editorial



*Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.*





O médico-palhaço
Patch Adams

Patch Adams visita o Brasil

O médico Hunter Adams, que difundiu mundialmente a inclusão da alegria em tratamentos de saúde, ministrou palestras em Brasília e Goiânia nos dias 14 e 16 de junho. Conhecido como Patch Adams, personagem vivido pelo ator Robin Williams no cinema, o clínico geral viaja por diversos países para apresentar a utilização de jogos e brincadeiras em ambientes hospitalares como recurso terapêutico. No Brasil, ele falou sobre a defesa da paz, da ecologia e do ensino de amor nas escolas.

www.patchadamsnobrasil.com.br

Ethos discute normas de responsabilidade social

O Instituto Ethos está promovendo diversos encontros para discutir a norma ISO 26000 de responsabilidade social, a terceira geração de normas de sistema de gestão. As primeiras são de gestão de qualidade (ISO 9000) e de meio ambiente (ISO 14001). No dia 6 de maio, além da ISO 26000, o Ethos também debateu a norma brasileira de responsabilidade social empresarial ABNT/NBR 16001 e o modelo nacional que irá definir os processos de verificações e auditorias para a implementação da norma brasileira. Já no dia 29 de julho, o Instituto Ethos e o UniEthos convidaram seus associados para formar o Grupo de Trabalho Ethos para ISO 26000. O grupo contribuirá, a partir de agora, na organização e discussão do conteúdo e processos em andamento.

www.ethos.org.br



Fachada da Bolsa de
Valores de São Paulo,
onde atuam
operadores
de todo o
país

R\$ 167 mil para projetos da BVS

A segunda edição do Dia da Responsabilidade Social Bovespa, realizada em 13 de junho, arrecadou mais de R\$ 166 mil em rendimentos gerados pela compra de ações, graças à isenção da CPMF sobre as aplicações. Os recursos serão destinados à conclusão de mais três projetos sociais listados na Bolsa de Valores Sociais (BVS), elevando para 14 o número dos que já foram contemplados pela iniciativa de responsabilidade social da Bovespa, que apóia projetos voltados à educação.

www.bovespasocial.org.br

Caminhada global contra a fome

Cerca de 200 mil pessoas participaram em diversos países da Caminhada de Combate à Fome Infantil no dia 12 de junho. Ao todo, foram 269 cidades de 91 países envolvidos. No Brasil, mais de 1.500 pessoas percorreram diversas ruas do bairro Ipiranga, em São Paulo. O Programa Mundial de Alimentação da ONU (WFP) em parceria com a TNT, provedor de serviços de correio, uniram-se a celebridades, autoridades, parceiros e familiares para caminhar durante 24 horas, em 24 fusos-horários diferentes em todo o mundo.

www.fighthunger.org
www.wfp.org



Pirata se prepara para
enfrentar mais um desafio
no mar

Único surfista profissional amputado do mundo

Alcino José da Silva Neto, mais conhecido como Pirata, ficou em 4º lugar no Tradicional Surf & Beach Super Masters 2005, campeonato de confraternização que aconteceu nos dias 2 e 3 de julho, em Maresias, litoral norte de São Paulo. Atleta da Associação Desportiva para Deficiente (ADD) e praticante do esporte há mais de dez anos, Pirata é o único surfista profissional amputado do mundo – ele perdeu a perna esquerda aos 16 anos depois de um acidente. Em 1996, fundou a escola Pirata Surf, que atende crianças, jovens, terceira idade e portadores de deficiência física.

www.add.org.br

Top Social ADVB 2005

No dia 22 de junho, cerca de 900 pessoas estiveram presentes no auditório Simon Bolívar, do Memorial da América Latina, para a entrega do Top Social ADVB 2005, que este ano recebeu 232 inscrições e contemplou 31 projetos. As empresas escolhidas foram: Aché, AES Eletropaulo, Associação Pró-Hope, Banco da Amazônia, Bandeirante Energia, Private Brokers – Coelho da Fonseca, GS1 Brasil, Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), Febrapharma, Fundação Alphaville, Faap, Fundação Itaú Social, Fundação Nestlé de Cultura, Fundação Volkswagen, Fundação Zerbini, Galena Química e Farmacêutica, Unicsul, Unicsul/ Mercatus, Instituto Presbiteriano Mackenzie, Mapfre Seguros, Petrobras, Philips do Brasil e Samcil Planos de Saúde. Já o prêmio Hors-Concours foi para o Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep) e a Fundação Pio XII – Hospital de Câncer de Barretos.

 www.advbfbm.org.br

Na abertura do evento, o grupo Abaçaí tocou o hino nacional. Acima, representantes do Coep recebem o prêmio Hors-Concours



DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

Programa quer reduzir em 10% o desmatamento global até 2010

No dia 25 de maio, durante o quinto encontro do Fórum de Florestas das Nações Unidas (UNFF), a Rede WWF e o Banco Mundial anunciaram um programa ambicioso, que tem como alvo reduzir o desflorestamento global em 10% até 2010. O anúncio surgiu como um apelo de ação para a comunidade internacional e para marcar a renovação por mais cinco anos da Aliança Banco Mundial/WWF pela Conservação das Florestas e Uso Sustentável (Aliança pelas Florestas). O programa ajudará a facilitar a cooperação regional para a adoção de políticas na consolidação de práticas de manejo florestal mais eficazes.

 www.wwf.org.br
 www.bancomundial.org.br

ONGs propõem revisão das leis sobre atuação social

Em seminário realizado no dia 4 de maio, na Câmara dos Deputados, em Brasília, mais de 2 mil ONGs e organizações de base comunitária de diversos estados brasileiros se uniram para buscar um marco legal no Congresso Nacional. As entidades discutiram com os parlamentares propostas para a definição de uma legislação coerente, que congregue todas as leis existentes relacionadas às entidades sociais. Promovido pela Abong e outras redes e fóruns da sociedade civil, o evento também discutiu o projeto de lei 3.877/04 (anterior PLS 07/03, aprovado no Senado Federal em 29 de junho de 2004), atualmente em trâmite na Câmara dos Deputados.

Conferência Internacional Ethos 2005

O meio ambiente foi um dos principais focos da Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social – Parcerias para uma Sociedade Sustentável, do Instituto Ethos, que aconteceu de 7 a 10 de junho, em São Paulo. Vários painéis e mesas-redondas abordaram o papel das empresas na promoção e no estímulo a um tipo de desenvolvimento que conjuguje expansão econômica e conservação ambiental. Entre os participantes estavam Amir Dossal, diretor-executivo do Fundo das Nações Unidas para Parcerias Internacionais (Unfip), e Carlos Lopes, diretor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

 www.ethos.org.br

Uniap lança campanha contra o câncer

A Unidade de Apoio aos Portadores de Câncer (Uniap) lançou no dia 1º de julho a campanha Canção para a Vida, que vai arrecadar fundos para a melhoria e ampliação do atendimento oferecido a pessoas carentes com câncer. A principal ação é a venda de camisetas autografadas por personalidades como os cantores Daniel e Sérgio Reis, as duplas Hugo e Thiago, Rio Negro e Solimões e Bruno e Marrone, e o jogador de futebol Roberto Carlos. Atualmente, a Uniap atende mais de cem pacientes portadores de diversos tipos de câncer na região de Americana e Piracicaba, em São Paulo.

 www.uniap.org.br

A dupla Hugo e Thiago vestem a camisa da campanha



DIVULGAÇÃO

Acontece

DIVULGAÇÃO



Canto Cidadão forma mais 63 voluntários

No dia 24 de junho, em São Paulo, o Canto Cidadão formou mais 63 "doutores cidadãos". Agora são 213 voluntários, que atuam em 29 unidades de atendimento, levando doses de alegria, motivação e informação para mais de 25 mil pessoas todos os meses, entre pacientes, acompanhantes e profissionais da saúde.



www.cantocidadao.org.br

Felipe Mello, diretor da entidade, distrai paciente em sala de espera

Fundações Orsa e Abrinq firmam parceria

Uma parceria inédita entre as Fundações Orsa e Abrinq pretende ampliar a atuação e divulgação de seus programas Município Feliz e Prefeito Amigo da Criança, respectivamente. O objetivo é atrair o maior número de prefeitos e gestores municipais. O Município Feliz reúne em livro e site orientações aos prefeitos para que seja implementada uma nova política pública à educação infantil. Já o programa Prefeito Amigo da Criança, que conta com mais de 800 gestores inscritos até agora, trabalha para os municípios melhorarem as condições de vida de crianças e adolescentes.



www.municipiofeliz.org.br

www.fundabrinq.org.br

1º Encontro Paranaense do Terceiro Setor

Entre os dias 25 e 27 de agosto, a cidade de Curitiba foi sede da primeira edição do Encontro Paranaense do Terceiro Setor, que teve como tema a filantropia e a responsabilidade social. Realizado na Fundação de Estudos Sociais do Paraná (Fesp), o evento apresentou uma série de palestras com profissionais de diferentes áreas, entre eles Roberto Carlos Ramos, ex-menino de rua e hoje pedagogo; Miguel Milano, diretor de responsabilidade social da Fundação O Boticário; e Márcia Lopes, secretária-executiva do Ministério de Ação Social e Combate à Fome. O editor da **Revista Filantropia** Marcio Zeppelini também palestrou no evento sobre o tema Comunicação voltada para o Terceiro Setor.

Novo complexo educacional no Rio de Janeiro

A cidade de Duque de Caxias vai sediar a escola Caminhos do Futuro, maior centro integrado de educação, cultura, meio ambiente e esportes do estado do Rio de Janeiro. No dia 16 de junho, o prefeito Washington Reis e representantes do banco HSBC assinaram uma parceria e lançaram a pedra fundamental do projeto, que vai beneficiar cinco mil pessoas desprivilegiadas por ano. Além de ensino infantil e fundamental, o projeto oferecerá creche, escola profissionalizante para adultos, projetos de empreendedorismo e geração de renda.



www.hsbc.com.br

Maquete da futura escola Caminhos do Futuro



DIVULGAÇÃO

Amigos da Escola realiza segundo Dia Temático

Cerca de 10 mil pessoas, entre estudantes, profissionais de educação, voluntários e integrantes da comunidade, participaram no dia 21 de junho do segundo Dia Temático do Amigos da Escola, projeto da TV Globo em parceria com órgãos governamentais e setor privado. Realizadas em escolas públicas de 11 estados brasileiros, as atividades deste ano foram focadas na inclusão social. O projeto mobiliza voluntários e apóia a direção das escolas para o melhor aproveitamento e organização das atividades.



www.amigosdaescola.globo.com

Atividades na Emef Professor Rodolfo Pirani, zona leste de São Paulo

TV GLOBO É PAULO CARDIAL



Projeto Velho Amigo promove final de semana beneficente

Pela quinta vez consecutiva, o Projeto Velho Amigo, associação beneficente de amparo a idosos carentes, promoveu o Mutirão da Beleza. Realizado no dia 19 de junho, no Centro de Proteção à Infância e Maternidade (Cepim), o evento ofereceu serviços de manicure, pedicure, barbearia e tratamento de beleza a 30 idosos. O projeto foi criado em 1999 com o objetivo de auxiliar instituições de amparo a idosos carentes.

 www.velhoamigo.org.br



Da esquerda para a direita: Maria Thereza Cunha Pereira, vice-presidente do Projeto Velho Amigo, Márcia Feres Costa, parceira, Regina Moraes, presidente, e Regina Helou, coordenadora geral

DIVULGAÇÃO

Cooperação trilateral contra a exploração sexual infanto-juvenil

Nos dias 12 e 13 de maio, em Foz do Iguaçu, Paraná, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reuniu mais de 100 representantes das cidades da fronteira Argentina, Brasil e Paraguai para juntos elaborar um único Plano de Cooperação Trilateral para a implementação de políticas de combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (Esci). Governos, comitês e operadores de Direito elaboraram o Guia de Procedimento para a Região de Fronteira.

 www.oitbrasil.org.br

Terceira edição da Expocatólica

Entre 13 e 17 de julho, o pavilhão azul do Expo Center Norte foi palco da terceira edição da Expocatólica. Lançada em São Paulo há dois anos, a feira apresenta uma gama de serviços, produtos e ferramentas para a gestão de aproximadamente 35 mil estabelecimentos religiosos no país. Entre os expositores estavam editoras, fabricantes de móveis, restauradores de obras de arte, artistas plásticos, decoradores. Houve ainda a apresentação de shows, seminários e exposição de mais de 20 mil itens. A **Revista Filantropia** também estava presente no evento, realizando assinaturas e venda de edições avulsas.

 www.expocatolica.com.br

Visitantes conferem as novidades oferecidas na feira



ELAINE LÓRIO

Casa Cor 2005 promove acesso universal

Com a parceria entre o Instituto Brasil Acessível e a Casa Cor 2005, visitantes com limitações de mobilidade ou sensoriais puderam conhecer as novidades da maior mostra de decoração do país, que aconteceu de 25 de maio a 10 de julho, em São Paulo. O instituto assessorou os organizadores sobre adaptações na arquitetura e infra-estrutura do local.

 www.casacor.com.br
 www.brasilaccessivel.org.br

Ashoka comemora 25 anos

Para comemorar seus 25 anos de atuação mundial, a Ashoka Empreendedores Sociais recebeu no dia 13 de junho, em São Paulo, a visita de seu fundador, Bill Drayton. Ele palestrou em evento no Sesc Vila Mariana, onde também foram apresentados os 12 novos *fellows* (empreendedores) selecionados pela entidade este ano.

 www.ashoka.org.br

Mudança na presidência da Care Brasil

A socióloga e cientista política Jacqueline Pitanguy assumiu a presidência do Conselho Deliberativo da Care Brasil, entidade que desenvolve programas de geração de renda e desenvolvimento sustentável no Piauí, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Criada há 59 anos, a Care está presente em 72 países.

 www.care.org.br

Direito das crianças indígenas

No Encontro Ibero-Americano sobre Direitos da Infância e Adolescência Indígena, que aconteceu em 7 e 8 de julho, em Madri, Espanha, jovens índios de 17 países da América Latina, especialistas internacionais e membros do Fórum Permanente de Questões Indígenas das Nações Unidas discutiram a inclusão do tema na agenda da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

 www.unicef.org.br

Desenvolvimento sustentável

A Unesco lançou na abertura do 1º Congresso Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu no Rio de Janeiro, entre 31 de maio e 2 de junho, a Década da ONU da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. O programa pretende melhorar a qualidade de ensino, facilitar a troca de experiências e aumentar a atenção pública ao assunto.

 www.unesco.org.br



do tênis em prol do social

Fundado por Gustavo Kuerten, instituto apóia ações de desenvolvimento e integração social

ELAINE IORIO

No dia 17 de agosto, uma entidade exemplo de ação inclusiva em Florianópolis, Santa Catarina, esteve em festa. Nessa data, o Instituto Guga Kuerten (IGK) completou 5 anos de apoio a projetos nas áreas de educação e integração de pessoas com necessidades especiais e de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio do esporte.

Responsável pela popularização do tênis, Gustavo Kuerten é hoje espelho para milhares de meninos e meninas do Brasil. Haja vista a quantidade de crianças improvisando uma partida de tênis em campinhos de terra, tradicional palco do futebol.

Guga é um dos principais atletas da história do tênis nacional. Conquistou três Grand Slam em Roland Garros (1997, 2000 e 2001), entre outros títulos, além de ter chegado à posição de nº 1 do mundo.

Graças ao sucesso do tenista, a família Kuerten conseguiu mobilizar parcerias para a criação do IGK e, assim, ampliar as ações sociais já praticadas pela mãe de Guga, a assistente social Alice Thümel Kuerten. Presidente do instituto, Alice sempre esteve envolvida com o trabalho social, atividade intensificada com o nascimento do primeiro filho Guilherme, portador de deficiência física e mental.

Em entrevista à *Revista Filantropia*, Guga fala mais sobre o instituto, responsável pelo apoio a 184 instituições de educação especial em Santa Catarina, atendendo 13.850 alunos.

Revista Filantropia: *Como foi criado o Instituto Guga Kuerten?*

Guga: Antes mesmo de eu ganhar Roland Garros pela primeira vez, minha família já ajudava os outros, principalmente por influência da minha mãe. Então, fundar o instituto foi uma atitude natural, uma maneira que a gente encontrou de usar meu nome e imagem para algo muito importante. Começamos do zero mesmo. Minha mãe pesquisou como tudo funcionava, visitou instituições, buscou parceiros e conselheiros, escolheu as formas de atuação e fomos crescendo aos poucos.

Filantropia: *Quais são os meios utilizados para captação de recursos?*

Guga: O IGK atua na área do esporte com projetos como Ilha da Criança e Campeões da Vida, para os quais temos patrocínio direto. Já os recursos para a área de integração de pessoas com necessidades especiais vêm do Fundo de Apoio a Projetos Sociais (Faps), formado por parceiros, que a cada seis meses distribui a verba entre instituições de Santa Catarina.

Filantropia: *Quais as realizações mais importantes do instituto até agora?*

Guga: Logo no ano de fundação do IGK [2000] demos início a um projeto para auxiliar todas as Apaes de Santa Catarina. Também já mapeamos um bom pedaço do estado, chegando a cidades que eu nem sabia que existiam. Esperamos alcançar todas em 5 anos. Mas uma das coisas que mais me deixa feliz é saber que, a partir do auxílio do IGK, outros cidadãos passaram a ajudar também, aumentando, e às vezes até dobrando, o valor que a gente já havia dado. É o que eu sempre quis: não ficar dependente de uma pessoa ou instituição, mas propiciar o efeito de que uma coisa puxa a outra. O brasileiro é um povo solidário.

Filantropia: *Como você vê a participação de personalidades em ações sociais?*

Guga: Acho muito importante pelo exemplo, por levar os outros a fazer o mesmo. Às vezes, você comenta com um amigo, que acha a idéia boa, e desencadeia um mutirão. Há muitas estrelas e ídolos no tênis, que podem ajudar de diversas maneiras. Desde o começo do ano, por exemplo, todos esses atletas se uniram e a cada evento profissional de tênis, em qualquer lugar do mundo, sempre acontece uma ação beneficente. E o valor que vem sendo arrecadado está surpreendendo todos os envolvidos.

Filantropia: *Qual a sua relação com o IGK?*

Guga: Hoje em dia minha mãe se dedica em tempo integral ao instituto, ela abraçou mesmo a causa. E eu, já com quase 10 anos de carreira profissional, consigo administrar bem o meu tempo para poder participar mais ativamente do IGK e contribuir com ações sociais nos torneios em que jogo.

 www.igk.org.br

À esquerda, Guga recebe troféu humanitário da ATP, em Miami, pelas ações do IGK em 2004; ao centro, o tenista espanhol Rafael Nadal (de vermelho) e Guga após assinarem manifesto do Unicef, em prol dos direitos da criança ao esporte, no Ano Internacional da Educação Física do Unicef; e à direita, Guga com a família no II Prêmio IGK – Grande Jogada Social



Empreendedorismo social

Uma nova maneira de fazer negócios

FERNANDO CREDIDIO

fernando.credidio@parceirosdavidia.org

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo final”

Chico Xavier

Vivemos em uma época em que empreender é imperativo e a competitividade por meio da lucratividade é a lógica ainda ditada pelo sistema de mercado do capitalismo moderno, apoiado na abertura de mercados e na globalização. Nesse jogo, a regra principal determina que os empreendimentos devem gerar lucro com baixo risco.

Paralelamente, contudo, o mundo passa por uma verdadeira revolução – não tão silenciosa – em que empresas começam a agir de modo ético e responsável, sem sacrificar a margem de lucro e o senso dos negócios, a exemplo da rede *The Body Shop*, fenômeno internacional formado por cerca de 2 mil lojas e que atende mais de 84 milhões de consumidores em 24 diferentes idiomas, capitaneada pela polêmica Anita Roddick, empreendedora que se tornou bem-sucedida ao ousar enxergar que uma empresa, além de produzir bens e

serviços, possui um papel decisivo na formação do espírito humano.

Essa será, sem dúvida, a tônica daqui para a frente. O desenvolvimento social e do capital humano do país passará a ser promovido, cada vez com mais intensidade, pelas empresas e cidadãos comuns, haja vista que as estruturas governamentais já se mostraram incompetentes na resolução das questões sociais que perduram por mais de 500 anos no Brasil. Somente nesse momento, após a posse do governo Lula, ao que parece, as questões sociais foram descobertas pela mídia e por boa parte das corporações e da sociedade civil.

Ações oportunistas à parte – que deverão ser depuradas pela sociedade a partir do momento em que demonstrem as reais intenções de seus autores –, o fato é que nunca estivemos tão próximos de construir um país onde todos ganhem. Nesse novo cenário, caso consigamos desenhá-lo, a competição dará lugar à cooperação, a hierarquia será substituída pela diversidade e o abuso daqueles que detêm o poder abrirá espaço para as soluções comunitárias.

Esse contexto favorece sobremaneira o avanço do empreendedorismo social, um campo de trabalho profissional relativamente recente que serve de caminho para a conquista dessa nova realidade. O empreendedor social, ao contrário do de negócios, não busca incessantemente o lucro, o aumento da produtividade, a excelência na gestão ou a competitividade. Os desafios são outros, como o de tornar a comunidade onde atua auto-sustentável, desenvolvendo-a política, social, cultural, ética e ambientalmente.

Mas qual é exatamente o perfil desse profissional? Da mesma forma que o empreendedor de negócios, ele deve possuir visão, criatividade e talento para criar processos e produtos inovadores a serem empregados na elaboração de novas soluções para pro-





EMPRESAS QUE FAZEM

blemas sociais. E, sobretudo, ter brilho nos olhos. Além disso, o empreendedor social deve ser movido pela paixão e busca de novos paradigmas, objetivando não o negócio do negócio, mas o negócio do social, que terá na sociedade civil seu principal foco de atuação e sustentáculo, mediante o estabelecimento de parcerias e alianças intersetoriais envolvendo comunidade, governo e setor privado.

Dessa maneira, o empreendedor social possui, atualmente, importante papel na promoção de mudanças positivas e, notadamente, na indicação de quanto os cidadãos comuns ainda podem fazer para criar um mundo com mais justiça e igualdade. Nas próximas edições, revelaremos casos de sucesso de indivíduos que, persuadidos pelas demandas históricas do Brasil, têm empreendido uma marcha firme e constante nessa direção, atendendo, assim, ao coro uníssono de um país que pede e não pode mais esperar. 

Fernando Credidio. Presidente-executivo do Instituto Parceiros da Vida de Com. & Resp. Social Empresarial, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa na Faculdade Casper Líbero e Universidade da Flórida, e o curso Management in Social Responsibility.

Fundação Bunge expande programa Comunidade Educativa

A partir de abril de 2005, o Comunidade Educativa, programa de voluntariado das empresas Bunge no Brasil, expande suas atividades e chega a 16 regiões brasileiras. Araxá (MG), Uberaba (MG), Ponta Grossa (PR), Uruçuí (PI), Bauru (SP) e Rio de Janeiro (RJ) são os novos locais que passam a ser atendidos pelo programa. Lançado em maio de 2002, sua proposta é estimular e preparar os colaboradores das empresas Bunge a desenvolver projetos de apoio educacional que contribuam com a melhoria da qualidade de ensino das escolas da rede pública. Os temas desenvolvidos são: incentivo à leitura, por meio de contadores de histórias; educação ambiental, com hortas comunitárias, e oficinas culturais, esportivas e socioeducativas.

Parceria GRSA e Nestlé para o programa Primeiro Emprego

A GRSA – empresa nacional líder em serviços de alimentação, que tem como acionistas os grupos Accor e Compass – comemora a contratação de 600 jovens oriundos do Programa Primeiro Emprego. De agosto de 2004 – quando foi oficializada a parceria com a Nestlé junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – a janeiro deste ano, 800 jovens estagiaram na empresa por meio do projeto social Encaminhar, que tem como objetivo contratar 2 mil estagiários até dezembro de 2006. Durante o estágio, os jovens tomam conhecimento da maioria das atividades nas unidades da empresa ou do departamento em que estiverem atuando. Os candidatos devem ter de 17 a 20 anos, cursar o 2º grau, estudar em período noturno, não ter registro anterior em carteira de trabalho e estar inscritos no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Bic e Instituto Alpargatas incentivam a educação no país

A Alpargatas, por meio do Instituto Alpargatas, e a Bic provam que é possível reverter positivamente os índices de educação no Brasil, seja por meio da prática do esporte ou do incentivo à leitura. Desde 2003, o Instituto Alpargatas tem obtido excelentes resultados com a implantação do programa Educação por meio do Esporte, nas comunidades em que a São Paulo Alpargatas atua. Equipando quadras poliesportivas, investindo na capacitação de professores de Educação Física e criando atividades extracurriculares, o Instituto Alpargatas conseguiu, durante 2004, melhorar em 19% o rendimento escolar e a média dos alunos, de 7 a 17 anos, de 6,9 para 8,2, na cidade de Santa Rita (PB), além de aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano da região de 0,451 para 0,659. Em 2005, o Instituto parte para a implantação do programa nas cidades de Campina Grande e Natal. Com foco no incentivo à leitura, a Bic leva conhecimento para dentro das escolas por meio do projeto Escrever é Preciso. Em apresentações teatrais – parte em vídeo, parte ao vivo – alunos de 1ª a 4ª série, de 5ª a 8ª do 2º grau recebem informações específicas para suas idades sobre História do Brasil e a importância da escrita no registro de fatos históricos. Somente no primeiro mês de implantação, o projeto realizou 155 sessões, em 21 escolas, beneficiando 16.055 crianças em apenas 23 dias. A empresa também reforça sua mensagem – Escrever e ler é fundamental – patrocinando a Cidade do Livro, espaço temático e interativo para crianças de 3 a 12 anos, e a peça O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá, que proporcionam uma viagem ao mundo dos livros.

 www.cidadedolivro.com.br

Responsabilidade social
Programas sócio-educativos
Qualidade de vida
Conscientização solidária

FUNDAÇÃO CASPER LIBERO

www.fcl.com.br/cidadedolivro
Cidade do Livro, Espaço Temático e Interativo
Tel.: (11) 3112-5710



ELAINE IORIO

É difícil desvincular a imagem de Paulo Renato Souza do tema educação. Economista com formação e carreira internacionais, ele ficou nacionalmente conhecido por todas as classes da população entre os anos de 1994 e 2000, quando esteve à frente do Ministério da Educação, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A preocupação com políticas públicas e projetos em prol da qualidade do ensino permeou toda a sua história profissional. Mesmo nas passagens por órgãos de extrema notoriedade mundial, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas, Paulo Renato sempre manteve forte essa ligação.

Segundo ele, nos últimos 20 anos, a educação se transformou no centro de suas atividades. Referência mais contundente quando se retoma o princípio de sua carreira política, em 1984, ano em que foi convidado pelo então governador de São Paulo, Franco Montoro, a assumir a Secretaria Estadual da Educação. Desde então, como reitor da Universidade de Campinas e ministro da Educação, o professor Paulo Renato não se afasta muito do assunto, principalmente em função das atividades de sua empresa, a Paulo Renato Consultores, que presta assessoria personalizada na área da educação.

No entanto, apesar da importância desse elo em sua vida, ele também se dedica a outras questões, como o posicionamento político de seu partido (PSDB) e os encontros do Conselho Superior de Responsabilidade Social (Consocial), órgão instituído pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Convidado pessoalmente por Paulo Scaf, presidente da entidade, para assumir a presidência, Paulo Renato se diz honrado e disposto a contribuir para o fortalecimento do debate e da consciência da responsabilidade social corporativa.

É o que evidencia em entrevista à **Revista Filantropia**, na qual comenta suas atuais atividades profissionais e critica duramente a falta de foco das políticas em educação do governo Lula.

Paulo Renato Souza

Revista Filantropia: Você já trabalhou em importantes instituições internacionais. Comente resumidamente sua carreira.

Paulo Renato Souza: Eu me formei em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e fiz mestrado na área na Universidade do Chile, em 1969. Após concluir o curso, trabalhei na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e, em seguida, fui diretor adjunto do Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe (Prealc), da OIT, ambos no Chile.

Ao voltar ao Brasil, em 1978, me vinculei à Unicamp, onde cursei doutorado e me tornei professor titular. Em 1983, comecei a trabalhar com o governador Franco Montoro, em São Paulo. Em seu governo, fui sucessivamente presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) e, depois, secretário de Educação durante dois anos.

Em 1986, fui indicado o primeiro da lista para a reitoria da Unicamp, onde permaneci por quatro anos. Depois disso, em 1990, trabalhei para o BID [em Washington] e lá fiquei por quatro anos como gerente de operações – o terceiro cargo na hierarquia do órgão. Voltei ao Brasil para coordenar a campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, e logo em seguida me tornei ministro da Educação. Desde 2003, organizo um escritório de consultoria na área de educação.

Filantropia: O seu ingresso na área política aconteceu, então, no governo Montoro?

PRS: A minha primeira atividade política foi, na verdade, uma passagem na Unicamp, como presidente da Associação dos Docentes da universidade [a Adunicamp]. Depois, no governo Montoro, aí sim me tornei presidente da Codesp e secretário de Educação.

Filantropia: Quais eram suas ambições e ideologias no início da carreira política?

PRS: Não mudei muito em termos de ideologias. Obviamente o mundo muda, nossa visão sobre os acontecimentos também, mas acho que meus princípios são os mesmos: preocupação com o progresso social do Brasil e com a ética na vida pública, e uma orientação geral pelo crescimento do país e das pessoas, ou seja, responsabilidade pública. Isso foi o que sempre guiou o meu trabalho.

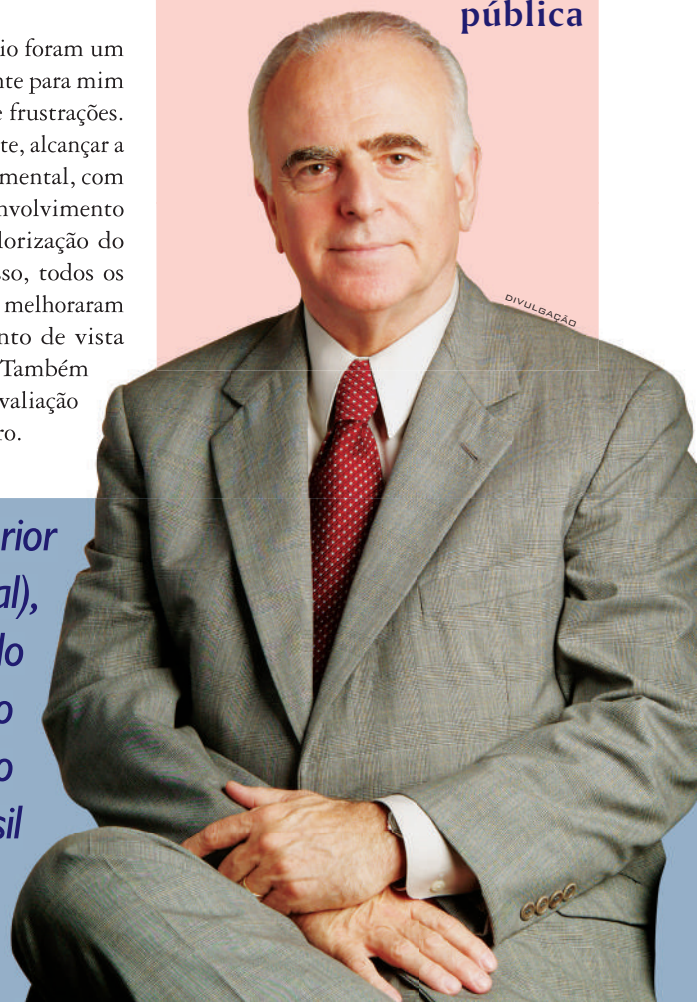
Filantropia: O senhor almejava ocupar um cargo de grande visibilidade, tinha idéia aonde poderia chegar na esfera pública?

PRS: Nem esperava me transformar em secretário estadual da Educação. Quando comecei a trabalhar com o governador Montoro, nunca havia trabalhado com educação, então não esperava me transformar em secretário naquele momento, e depois como reitor também. As circunstâncias foram abrindo caminhos e eu trilhei cada momento nessa busca de prestar serviços públicos, galgando essas posições.

Filantropia: Em relação aos oito anos em que o senhor comandou a pasta da Educação, na sua opinião, quais as maiores conquistas e derrotas?

PRS: Os anos no Ministério foram um período extremamente gratificante para mim e de muito mais realizações que frustrações. O mais importante foi, certamente, alcançar a universalização do ensino fundamental, com a aprovação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Além disso, todos os indicadores educacionais do país melhoraram naquele período, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Também produzimos a mentalidade de avaliação do sistema educacional brasileiro.

Meus princípios são a preocupação com o progresso social do Brasil e com a ética na vida pública, e uma orientação geral pelo crescimento do país e das pessoas, ou seja, responsabilidade pública



O presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social (Consocial), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e ex-ministro da Educação, acredita no amadurecimento da responsabilidade social corporativa no Brasil

A minha crítica principal ao governo Lula na área da educação é a falta de rumo. Parece que o presidente não se afastou da tradição brasileira de manter um ministro por menos de um ano

Filantropia: *Que seria o antigo Provão?*

PRS: O Provão foi só uma parte disso. Teve também a avaliação do ensino básico, o Saeb [Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica] e o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]. Não havia na educação brasileira a idéia de avaliação. O sistema de avaliação foi, com certeza, a expansão que houve no ensino superior, além da melhoria da qualidade no conjunto do sistema que os dados mostram muito claramente. Acredito que minha única frustração foi não ter completado a reforma do ensino superior. No geral, porém, nós cumprimos com folga todas as metas propostas. Ou seja, fizemos muito mais do que eu esperava no começo.

Filantropia: *De modo geral, o senhor considera positiva a atuação do governo Lula na área da educação?*

PRS: Acho que tem acertos e erros. A minha crítica principal ao governo Lula na área da educação é a falta de rumo. No primeiro ano, com o ministro Cristóvão Buarque, o presidente Lula deu ênfase à alfabetização de adultos. Já com o ministro Tarso Genro, a prioridade está sendo o ensino superior. Agora, vamos para o terceiro governo em menos de três anos de gestão, com o terceiro ministro [Fernando Haddad]. Parece que o presidente não se afastou da tradição brasileira de manter um ministro por menos de um ano. Eu acho isso lamentável. Na área de educação, especialmente, é muito importante você fixar rumos e ter continuidade.

Contudo, é claro que também há acertos. Eu considero o Prouni um acerto, como também a manutenção do Enem, por exemplo, e da TV Escola – vários programas que foram iniciados [na minha gestão] e que não foram interrompidos. Mas, infelizmente, muitos projetos foram finalizados, como o programa de treinamento de professores [Parâmetros em Ação].

Filantropia: *Se o senhor ainda fosse o responsável, qual seria sua atitude?*

PRS: Teria mantido a prioridade evidente no ensino básico, com a universalização do acesso à educação média e à pré-escola.

Filantropia: *Por trás de seu histórico envolvimento com a área da educação, haveria uma convicção apaixonada sobre a importância da educação para o desenvolvimento do país?*

PRS: Com certeza. Eu entrei na área de educação circunstancialmente, por um

convite do governador Montoro. Antes, eu nunca havia trabalhado com essa questão. A minha área de especialização era economia do trabalho (questões trabalhistas, emprego, salário etc.). Porém, nos últimos 20 anos, a educação se transformou no centro das minhas atividades.

Filantropia: *Quais os objetivos do Consocial?*

PRS: São dois objetivos principais. Difundir entre os empresários a noção da responsabilidade social, que tem três dimensões: o cumprimento das obrigações sociais da empresa; a melhoria da comunidade poliempresarial; e a melhoria da sociedade em geral. Nas três dimensões, o Conselho tem como missão debater o tema e difundir experiências que possam estimular os empresários.

O segundo objetivo é discutir assuntos sociais brasileiros – como educação, saúde etc. –, sob o ponto de vista das políticas públicas.

Filantropia: *Nos primeiros encontros do Conselho, o foco foram as questões trabalhistas. Quais os próximos temas a serem discutidos?*

PRS: Uma das idéias é discutir a reforma universitária proposta pelo governo. Mas pretendemos discutir ainda outros temas, como a experiência da cidade de São Paulo em relação às Parcerias Público-Privadas (PPP) na área social.

Filantropia: *Qual a sua visão sobre o crescimento da responsabilidade social nas empresas? Há realmente uma preocupação com o coletivo ou não passa de mais uma jogada de marketing?*

PRS: Acredito que possam existir pessoas que estão nesse caminho porque é moda e querem fazer marketing, mas a responsabilidade social é uma tendência mundial. Há um reconhecimento tanto por parte dos governos quanto por parte da sociedade de que as políticas públicas e as ações na área social são responsabilidades de todos, e que pode haver uma relação muito positiva entre as ações públicas e privadas. E as empresas podem certamente contribuir muito com sua experiência técnica de gestão e administração para o desenvolvimento social do país.

Filantropia: *Como o governo pode estimular esse processo? Não estão faltando mais leis de incentivo ou mesmo conscientização das corporações?*

PRS: É preciso uma atitude ativa do governo para buscar as parcerias. Às vezes, os governos são muito passivos, deixando que os empresários por si só tenham as idéias e busquem as ações de responsabilidade social. Acredito que seja do governo a responsabilidade de liderar o processo, apontar os caminhos e oportunidades, buscar as parcerias e estimular os empresários.

Filantropia: *Quais são as suas perspectivas profissionais?*

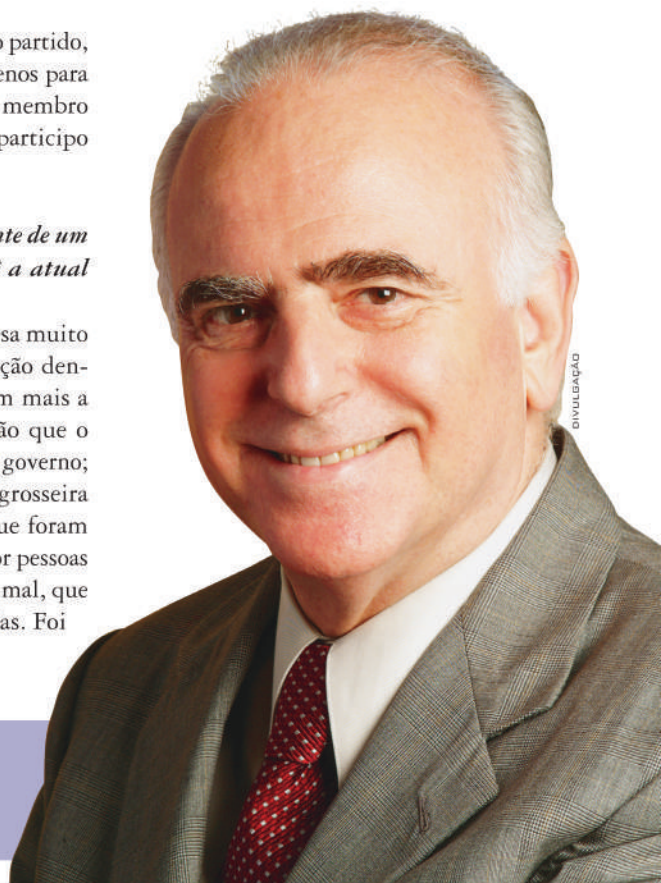
PRS: Do ponto de vista profissional, pretendo continuar na direção da minha empresa, desenvolvendo o trabalho de assessoria para instituições de ensino e para grupos editoriais, além de fundações e entidades do Terceiro Setor, como já estamos fazendo.

Em relação à vida pública, estou considerando me apresentar para as próximas elei-

ções. O cargo vai depender muito do partido, mas a idéia é ser candidato pelo menos para deputado federal. Além disso, sou membro do diretório nacional do PSDB e participo ativamente do debate público.

Filantropia: *Como ex-integrante de um governo federal, como o senhor vê a atual crise do PT e do governo Lula?*

PRS: Para mim, é uma surpresa muito grande ter havido casos de corrupção dentro do PT. Três fatos me chamaram mais a atenção nesse processo: a dimensão que o problema da corrupção tomou neste governo; o caráter sistemático; e a maneira grosseira como tudo foi feito. Percebe-se que foram cometidos sem nenhum cuidado, por pessoas que se julgavam acima do bem e do mal, que achavam que nunca seriam flagradas. Foi escancarado demais. 



DIVULGAÇÃO

 www.prsouza.com.br
 www.fiesp.com.br


seteco
 CONSULTORIA CONTÁBIL

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade Gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços Contábil, Fiscal, Trabalhista e Financeiro
- Auditoria e Validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e Auditoria Preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

DESENVOLVEMOS, ANALISAMOS E IMPLEMENTAMOS SUA GESTÃO CONTÁBIL, QUER ELA TENHA FINS LUCRATIVOS OU SOCIAIS.

São mais de três décadas de tradição que possibilitaram agregar valores como inovação, informação e agilidade à nossa conduta de trabalho e atendimento.

Empresas que utilizam os serviços da SETECO:
 Fundação Abrinq
 Ass. Anália Franco
 Planet Finance Brasil (Ong)
 Anefac

www.seteco.com.br
seteco@seteco.com.br

Rua Loefgreen, 1387 - Vl. Mariana
 São Paulo - SP - CEP 04040-031
 Fone + 55 11 5908-6800
 Fax + 55 11 5081-9804

Nova versão do Código Civil e as mudanças na vida das instituições

Associações devem se atentar à última versão da legislação, que modificou, entre outros, artigos referentes à atuação da assembléia geral das associações

MARCOS BIASIOLI
marcos@mbiasoli.com.br

Nos tempos atuais em que se presencia a bancarrota do legislativo brasileiro ante o lamaçal da corrupção, coloca-se em xeque a legitimidade das normas emanadas de um poder parcialmente suspeito e vil. Nem as pretorianas teorias jurídicas, que predominaram no século 20, nos dariam guarida para sustentar tal legitimidade, pois o jusnaturalismo defendia que a “lei só é válida se é justa” (Gustav Radbruch); o positivismo jurídico pregava que “a justiça das normas se reduz ao fato de que elas são fixadas por quem tem a força para fazer respeitá-las” (Augusto Comte); e o realismo jurídico afirmava que “o direito não é norma justa ou norma válida, mas sim regra eficaz que emerge da vida vivida pelos homens” (Savigny).

Partindo da premissa de que muitas leis emanadas pelo atual legislativo não são justas, pois foram construídas por quem tem moral discutível e, por consequência, não têm força para fazer respeitá-las, elas não teriam pilares para se sustentar. Além disso, não foram completamente edificadas com base na vida de seus destinatários, pois muitas delas chegam a até mesmo contrariar os costumes dos cidadãos.

Todavia, o que conforta e remete a população a respeitá-las é que grande parte não nasceu nessa legislatura, foram apenas por ela reformadas e/ou complementadas, visto que se originaram do legislativo de outrora de maior lisura – ao menos é o que eu presumo. Nesse diapasão, pode-se aplicar por equidade o chamado **direito pretoriano**², derivado do **direito romano**, que foi originado do impulso dos pretores para ajudar (*adjuvandi*), suprir (*supplendi*) e corrigir (*vel corrigendi*) o direito civil.

Emprestando o véu pretoriano ao atual legislativo federal, e assumindo que o Código Civil brasileiro primitivo é de 1916, analisa-se a seguir a extensão da nova correção (*vel corrigendi*) aplicada pelo atual legislativo ao diploma civil nacional.

O histórico das reformas legais do novo Código Civil

O novo Código Civil foi instituído pela lei 10.406/02, que entrou em vigor há pouco mais de 2 anos e já passou por quatro minirreformas. A primeira, de maio de 2003, veio para revogar o artigo 374, suprimindo dele matéria de compensação tributária. A segunda ocorreu no mês de dezembro do mesmo ano e teve o propósito de ressuscitar a existência no mundo jurídico de dois entes que haviam sido soterrados pelo novo Código: as organizações religiosas e os partidos políticos³. A terceira, em 2004, teve o intuito de modificar a regulação dos condomínios edilícios. E, agora no final de junho de 2005, a população se depara com a quarta reforma, que teve os condões especiais de alterar os atos da vida civil das associações, para a qual estão voltadas as atenções nesse momento.

Os sujeitos da última reforma

Tanto as organizações religiosas, assim constituídas, como as fundações⁴, não estão abarcadas nas modificações contidas na última reforma oriunda da lei 11.127/05. Quanto às religiosas, foram, como logicamente deveriam ser, alforriadas das



presas do Estado por força do comando constitucional⁵, que veda a interferência estatal em seus atos civis. Já as fundações, por serem originadas com bens de um ou mais instituidores, o legislador reservou a elas o direito de estabelecerem critérios de gestão e funcionamento.

Todavia, a nova reforma trouxe sensíveis mudanças nos atos da vida civil das associações de grande impacto na seara de suas deliberações, que se pretende exaurir a seguir.

Impacto da minirreforma no estatuto social das associações

Pela primitiva redação do art. 54 do Código Civil de 2002, deveria constar no estatuto social da associação, entre outros assuntos, o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos. No entanto, a nova redação do inciso V do referido artigo, em pura redundância do legislador, suprimiu o órgão administrativo e, em outras palavras, o incluiu em novo inciso, o VII. Ou seja, nada se alterou, apenas foi promovida nova alocação ao assunto e, assim sendo, as associações nada terão que retificar em seus estatutos quanto a esse assunto.

A outra inovação trazida no referido art. 54 reside no fato de que deverá constar obrigatoriamente no estatuto a forma de aprovação das contas pelos órgãos deliberativos, o que antes não era preciso⁶.

Conforme será exaurido no próximo item, o estatuto também deverá contemplar, a partir da nova reforma, um quorum para destituir os administradores e reformar o estatuto social, não existindo mais a obrigatoriedade de atender aquele mínimo estabelecido por lei de dois terços dos associados.

A adoção de critérios para a eleição do administrador também passa a ser exigida no bojo do estatuto, conforme veremos. É importante destacar desde já que as alterações estatutárias decorrentes da última minirreforma terão de ocorrer até 11 de janeiro de 2007, conforme previsto na nova redação do art. 2.031 do Código Civil.

Das deliberações das associações **Exclusão de associado**

Outra significativa mudança recaiu no art. 57. O legislador suprimiu o direito da assembléia geral de julgar a exclusão de associado faltoso, cujo encargo lhe pertencia. A alteração, em foco, enfraqueceu um dos maiores colegiados, tido como órgão supremo das associações⁷.

A redação atual do art. 57 impôs à associação a prerrogativa de estabelecer os procedimentos de exclusão, preservando o princípio do contraditório ao associado faltoso, porém em nenhum momento há obrigatoriedade da intervenção da assembléia geral, exceto se houver previsão estatutária em tal sentido.

O ponto negativo da alteração é que o direito do associado está ameaçado, em especial quando o estatuto relegar o julgamento de seus atos aos órgãos deliberativos de menor quorum, como a diretoria. Assim, as eventuais dissidências com os componentes do órgão julgador poderão acarretar a sua supressão do quadro social, guardado o direito de ampla defesa, que também poderá ficar comprometido – caso também couber ao órgão que processa a exclusão o papel de julgar os recursos do associado faltoso. Com isso, somente a justiça poderá reparar eventual ilicitude.

Eleição dos administradores

Ainda na seara das deliberações, nota-se que a antiga redação do art. 59, do novo Código Civil, previa que caberia exclusivamente à assembléia geral, entre outras atividades, eleger os administradores. Entretanto, com a atual redação, ela apenas passará a ocupar o papel de aprovar os critérios da eleição. Visto que estes devem, obrigatoriamente, constar no estatuto e considerando que a ela cabe privativamente alterá-lo, implica afirmar que é ela quem estabelece tais critérios. Todavia, não se subsume mais ao crivo da assembléia geral a eleição dos administradores.

Quorum para deliberações

Com relação ao quorum das deliberações da assembléia geral, também houve modificação, pois a redação originária estabelecia um quorum de no mínimo dois terços dos associados presentes na assembléia especialmente convocada para destituir administradores e/ou reformar estatuto, ou de no mínimo um terço nas seguintes convocações. Contudo, a nova disposição contida no parágrafo único do art. 59 relegou ao estatuto o direito de estabelecer um quorum mínimo.

A avaliação dessa alteração de certa forma é positiva, pois a associação passará a ter maior autonomia na mudança do administrador e nas alterações estatutárias. Contudo, não se pode deixar de assinalar que a liberdade pode gerar libertinagem, eis então a premência de maior zelo na reconstrução estatutária.

Aprovação de contas

A maior inovação e o maior retrocesso destacados é a supressão do poder da assembléia de aprovar as contas da associação, conforme a nova redação do art. 59. Considerando-se que é facultativa a criação do conselho fiscal – exceto para as Oscips, para as quais é obrigatório a instalação de tal colegiado –, as contas poderão ser aprovadas por quem deve prestá-las, ou seja, pelo próprio administrador – a diretoria, na maioria dos casos.

A recomendação é que se consolide a criação e funcionamento de um conselho fiscal, evitando a degradação patrimonial que nem sempre ocorre em decorrência de desvio de finalidade, mas, em especial, por falta de competência administrativo-financeira dos gestores.

Convocação de colegiados

A minoria dos associados, ou seja, aquela que represente no mínimo um quinto dos associados, outrora podia convocar assembléia geral. Agora conquistaram o direito de convocar não só a assembléia geral, mas também a diretoria e eventuais outros órgãos deliberativos, ressalvadas as limitações da forma que deverá ser efetuada contida no estatuto.

Reflexões finais

As alterações impostas pela última minirreforma de nosso novo Código Civil possuem, sem dúvida, um avanço quanto à maior autonomia das associações, já que reduziu a burocracia e até mesmo o custo de seu funcionamento.

Por outro lado, deve-se salientar que o estatuto, antes recepcionado apenas como elemento burocrático de criação da associação, passou a representar ainda mais a pedra fundamental da gestão e democracia da associação. Por tudo isso, o envolvimento de todos os associados na sua reconstrução é medida de urgência e zelo na saga da perpetuação da obra do bem. 

Marcos Biasoli. Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de Gestão do Terceiro Setor da Universidade Federal do Espírito Santo e editor da Revista Filantropia.

¹PRINCIPAIS DEFENSORES DA TEORIA.

²LEMBRADO PELO PROFESSOR ANTÔNIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO, EM SEU ARTIGO: O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NOS CONTRATOS.

³ASSINALO QUE PREFERIA QUE NEM TODOS FOSSEM REAVIVADOS, DIANTE DO ESCÂNIO PÚBLICO QUE A NAÇÃO ESTÁ TESTEMUNHANDO.

⁴EXCETO NO QUE DIZ RESPEITO À PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA SE AJUSTAREM AOS PREJÚÍCIOS DO NOVO CÓDIGO, QUE FOI MAJORADO PARA 11/01/07.

⁵VERE O ARTIGO 19, I.

⁶EXCETO PARA FINS DE REGISTRO PÚBLICO, CUJO REQUISITO TEM SIDO EXIGIDO POR ALGUNS CARTÓRIOS, ANTE A PREVISÃO DO ARTIGO 46, COMBINADO COM OS ARTIGOS 120 E 121 DA LEI 6.015/73 – LRP, QUE TRAZIU REGRA GERAL A TODAS AS PESSOAS JURÍDICAS, INCLUSIVE AS SEM FINS ECONÔMICOS.

⁷CONFORME ARTIGO 121, DA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS – LEI 6.404/76, QUE SE APLICA, IN CASU, SUBSIDIARIAMENTE.

Entidades religiosas e as leis trabalhistas

TATIANA MAGOSSO EVANGELISTA
tatiana@mbiasoli.com.br

Relações de trabalho como estágio e voluntariado devem ser minuciosamente acordadas entre as partes, para que não haja qualquer suspeita de vínculo empregatício.

As entidades religiosas são compostas por grande número de pessoas, imprescindível para que toda a estrutura seja movida por meio de seu labor, possibilitando atingir a finalidade perseguida. Entretanto, é necessário distinguir as diversas relações de trabalho que estão configuradas nessas organizações, que sendo pessoas jurídicas de direito privado respondem pelas diversas obrigações legais.

A primeira relação de trabalho explanada, presente na maioria das entidades religiosas, é o vínculo empregatício, ou seja, quando o trabalho realizado pelo empregado possui os quatro elementos dispostos no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): subordinação, remuneração, habitualidade e pessoalidade, além do *animus contrahendi* (intenção das partes de contraírem obrigações recíprocas visando a relação de emprego).

Uma vez presentes essas condições, a relação de emprego será regida pela CLT, na qual se encontram regulados diversos direitos e obrigações, que devem ser observados tanto pelos empregados como pelos empregadores. As entidades religiosas são consideradas empregadores¹, pois são comparadas a empresas.

Obrigações legais no caso de contrato trabalhista

Todas as obrigações pertinentes aos empregadores devem ser observadas, como o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pagamento pontual, recolhimento do FGTS, dentre outras obrigações legais. Todo cuidado é pouco para se evitar futura reclamação trabalhista. Entre os contratos sem vínculo empregatício, destacam-se três: contrato de estágio, trabalho realizado por autônomos e trabalho voluntário.

O contrato de estágio é regulado pela lei 6.494/77², sendo sua finalidade o conhecimento prático da profissão, em complementação ao estudo teórico. Para regularizar o contrato, é necessário que seja firmado um termo de

compromisso, no qual serão três as partes a assinarem: o estudante (estagiário), a instituição de ensino e a entidade que concede o estágio. As únicas obrigações da organização são a contratação de um seguro de acidentes pessoais ao estudante e o acordo de uma jornada de atividade compatível com o horário escolar.

Quanto ao autônomo, o essencial é que não configurem os requisitos do art. 3º da CLT, já mencionados, uma vez que o trabalho autônomo é aquele em que não há subordinação nem exclusividade e os horários não são rígidos, sendo necessária a emissão do Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA).

A questão dos voluntários e o termo de adesão

Em relação ao trabalho voluntário há várias dúvidas e problemáticas que o envolvem, principalmente pelo fato de o assunto ainda ser jovem, uma vez que a norma que o regula é recente, a lei 9.608/98³. A legislação prevê que o trabalho voluntário deve ser prestado por pessoa física à instituição privada sem fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social. Nota-se que não há o enquadramento da finalidade religiosa na previsão legal. Após diversos debates, concluiu-se que o previsto na lei não é taxativo, mas sim um conceito abrangente.

Passada a primeira problemática, cabe destacar as características desse tipo de trabalho, que se pauta na compaixão, no ideal de auxílio ao próximo. O trabalho voluntário não é remunerado, sendo essa sua característica essencial. Apenas as despesas realizadas poderão ser ressarcidas. Vale destacar que o cuidado maior é para que não reste configurado o vínculo de trabalho. Caso ocorra, a CLT regerá a relação e todas as obrigações decorrentes deverão ser observadas.

Assim, é fundamental que seja assinado pelo voluntário um termo de adesão (ver figura da próxima página), que deverá especificar o nome das partes e condições de seu exercício (horário, duração, função, local etc.). Ainda, por precaução e maior segurança, sugere-se a criação



**“Como entristecidos,
mas sempre nos
alegrando; como pobres,
mas enriquecendo a
muitos; como nada tendo,
mas possuindo tudo”**

II Coríntios 6:10

de um livro de registro, no qual sejam acrescentadas todas as informações referentes ao trabalho, com a assinatura do voluntário. Percebe-se que não há o *animus contrabendi*.

Religiosos não podem receber salário

Na seara religiosa, a jurisprudência majoritária admite o trabalho voluntário prestado às entidades religiosas: “A prestação de serviços pelo pastor à entidade religiosa não pode ser tida como relação de emprego, porque sua natureza é exclusivamente religiosa, motivada por fatores espirituais que não se identificam ou se resumem em coisas materiais, tendo como fundamento a convicção religiosa e não a contraprestação econômica mensurável. Ao exercício de atividades religiosas aplica-se, por analogia, o disposto na lei 9.608/98, que regula o trabalho voluntário e afasta o reconhecimento da relação de emprego”⁴.

As entidades religiosas, especificamente, enfrentam questões singulares, que podem ou não envolver o trabalho voluntário, como os apostulados em formação – que ainda não são associados – e os religiosos em geral: padres, pastores, freis, irmãs, entre outros.

Os apostulados que se encontram ainda em formação são considerados voluntários, sendo necessário que eles também assinem o termo de adesão ao trabalho voluntário, uma vez que a intenção é de formação. Os religiosos são aqueles que possuem um trabalho essencialmente espiritual, por vocação, e que pretendem com sua palavra divulgar a fé. Para tanto, eles fazem os votos de pobreza, castidade e obediência. Em razão das características de sua atividade, não podem ser considerados empregados, pois não estão

configurados os requisitos do art. 3º da CLT.

A atividade exercida por eles não está pautada em subordinação à entidade, uma vez que a submissão se dá à doutrina da entidade religiosa, que decorre da fé que professa, e não se confunde com a subordinação jurídica do empregado. Além disso, não há remuneração – apenas admite-se o custeio do mister religioso –, pois é impossível avaliar economicamente a divulgação da fé, sendo impossível quantificar o trabalho prestado. Por fim, destaca-se a ausência, mais uma vez, do *animus contrabendi*.

Em regra, os religiosos não precisam firmar contrato de trabalho com as entidades religiosas, como vários julgados vêm reconhecendo⁵: “Inexiste contrato de trabalho entre um pastor e sua igreja. Apesar da atividade intelectual e física, o traço de união é a fé religiosa, decorrente da vocação, sem a conotação material que envolve trabalhador comum”⁶. Desde que os religiosos sejam associados, nem mesmo é necessário assinar o termo de adesão ao trabalho voluntário, o que somente deve ser feito quando não forem associados.

Portanto, são várias as relações de trabalho configuradas em entidades religiosas. Mas o destaque é para a relação do voluntariado, que, além de ser tão comum, é precursor da atividade social. 

Termo de adesão

Nome: CPF:

Identidade: Bairro:

Endereço: CEP:

Tel. Dia da semana:

Tipo de serviço que o voluntário vai prestar:

Horário: Dia da semana:

Instituição onde o voluntário vai prestar o serviço:

Nome: CNPJ:

Endereço: CNPJ:

Declaro que estou ciente e aceito os termos da Lei do Serviço Voluntário, nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Cidade: de de

Assinatura do voluntário:

Nome e a assinatura do responsável:

Responsável pela instituição/Cargo:

Testemunhas:
(2 testemunhas)

¹ ART. 2º DA CLT.

² DECRETO REGULAMENTADOR Nº 87.497/82.

³ POSTERIOREMENTE HOUE A PUBLICAÇÃO DA LEI 10.748/03.

⁴ 1ª TURMA; 3ª REGIÃO; D:02/10/2000 RO NUM: 7939 -00.

⁵ TRFRO 1723/01; TST - RR104323/94; TST - AIRR

- 3652/02-900-05-00.

⁶ TST - 1ª TURMA; REL. MIN. URSULINO SANTOS, ACÓRDÃO N. 4842/94.

Tatiana Magosso Evangelista. Advogada em São Paulo, graduada pela PUC/SP, com especialização em Direito do Terceiro Setor pela FGV/SP. É membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e atualmente cursa pós-graduação em Direito Processual Tributário na PUC/SP.

CANTO
CIDADÃO

Apelar é a única forma de conquistar e manter a audiência?

Programa de Rádio Canto Cidadão - 3 anos de audiência

No ar, todo sábado, um programa que trata de cidadania, voluntariado, responsabilidade social, entre outros temas do Terceiro Setor.
O resultado? A conquista de cada vez mais ouvintes em todo o país.
A receita? Misturar cidadania e alegria na medida certa, motivando o cidadão a ouvir, aprender e contribuir para o equilíbrio social.



Sábado, 11h - 12h, AM 1450 kHz (Grande SP). Outras localidades, acesse www.cantocidadao.org.br

Qualificação da uma análise da Lei Orgânica da

Frente à necessidade de ações de assistência social, Estado e sociedade



SERGIO ROBERTO MONELLO

atendimento@sergiomonello.com.br

Em um país onde existem mais de 50 milhões de pessoas em estado de miserabilidade, é muito difícil separar a assistência social da filantropia. Entretanto, para fins didáticos, afirma-se que filantropia é o gênero, do qual a assistência social faz parte como espécie.

Do mesmo modo, não é tarefa fácil distinguir entidade beneficente de entidade beneficente de assistência social e entidade filantrópica, quando grande parte da população brasileira necessita de ações promotoras e assistenciais. O momento exige mais ações de proteção e promoção da coletividade do que distinção, para fins fiscais e tributários, entre os tipos de entidade social.

A assistência social, eliminadas as grandes diferenças sociais existentes no Brasil, poderia

ser assim definida: é a filantropia qualificada, a visão científica da ação promotora da coletividade. A assistência social é o método pelo qual o Estado e a sociedade, de forma articulada, enviam esforços humanos e materiais, recursos econômicos e financeiros, tendo por escopo a inserção de pessoas carentes no exercício pleno do direito de cidadania.

Para atender a população na consecução dos mínimos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal, é necessário empregar esforços conjuntos do Estado e da sociedade com o objetivo de diminuir as diferenças sociais e erradicar a miséria, promovendo a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade

**Qualidade total na
produção de revistas,
informativos
e livros**

Produção editorial customizada de
acordo com sua necessidade:
**redação, revisão, diagramação,
impressão e distribuição.**

- revistas
- livros
- balanços sociais
- jornais
- informativos
- newsletters
- catálogos

Informações:
(11) 6978-6686

zeppelini@zeppelini.com.br
www.zeppelini.com.br

ZEPPELINI
editorial
comunicação

assistência social:

Assistência Social (nº 8.742/93)

devem unir esforços pela promoção da coletividade e da cidadania

e à infância, a assistência aos desamparados, bem como proporcionar melhor qualidade de vida à coletividade.

Os mínimos sociais se constituem em objetivos primordiais das ações de assistência social. É fundamental que sejam oferecidas a todas as pessoas, especialmente às mais carentes, informações da realidade social, assistência educacional e à saúde. Somente um povo com informação, saúde e educação pode fazer valer os próprios direitos no exercício da cidadania.

Entidades que se enquadram na Loas

Diante do contexto, posso afirmar que o art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social deveria ser assim interpretado:

- Consideram-se entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos aquelas que prestam, por si própria ou pelas parcerias beneficentes de assistência social, atendimento e assessoramento aos beneficiários da Loas, além das que atuam na defesa e garantia de seus direitos.
- O parágrafo único do art. 2º da mencionada lei destaca que a assistência social se realiza de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Em conclusão, mais do que se precisar em conceitos de assistência social, é de suma importância que o Estado e a sociedade percebam à frente a quantidade de pessoas que sofrem desamparadas dos mínimos sociais e que estão desfiguradas da imagem do Deus Criador.

Somente com o trabalho integrado, Estado e sociedade poderão construir um Brasil mais justo, solidário e fraterno. 

Sergio Roberto Monello. Professor, advogado e contabilista. Sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.

AUDITUS

NENHUM VENTO É BOM QUANDO NÃO SE SABE PARA ADONDE VAI!

POR ISSO, SUA
ENTIDADE PODE
TER MUITO MAIS
QUE UMA
AUDITORIA...

A AUDITUS É UMA
EMPRESA COM
LARGA EXPERIÊNCIA
NO ATENDIMENTO
ÀS ENTIDADES
FILANTRÓPICAS
(CEAS) EM
TODO O BRASIL

(11) 3661-9933

WWW.AUDITUS.COM.BR



Renovação do Ceas

O CNAS consolidou, em sua 125ª reunião, que quando o pedido de renovação do Ceas estiver fora de prazo, não será uma concessão de certificado, mas ainda de renovação. O CNAS entende que haverá apenas uma lacuna entre o vencimento de um certificado e o protocolo do pedido de renovação, ou seja, se a entidade perder dois meses do prazo, ficará descoberta do certificado por dois meses. Antes, o certificado só era válido a partir da publicação no Diário Oficial, criando uma distância entre 2 e 3 anos.



Isenção da CPMF só com a certidão do CNAS

A instrução normativa nº 544/05, da Secretaria da Receita Federal, determina que, para efeito de comprovação do direito da entidade à isenção da CPMF, as instituições financeiras deverão aceitar a certidão expedida pelo CNAS, que demonstra a situação do pedido de renovação do Ceas com análise ainda pendente. Assim, as entidades deverão encaminhar aos bancos a certidão do CNAS, comprometendo-se a apresentar a cada seis meses uma nova certidão do conselho para garantir a isenção da CPMF.



11% de INSS a médicos de filantrópicas

O TRF da 4ª Região assegurou ao Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) que seus filiados devem recolher a contribuição previdenciária de 11%, no caso de prestação de serviços para entidades filantrópicas. O tributo tinha sido elevado a 20%, conforme instrução normativa nº 89/03 do INSS, para compensar a imunidade da parte patronal da contribuição que beneficia as entidades filantrópicas. Para o relator do recurso no TRF, Antônio Albino Ramos de Oliveira, a alíquota maior é tão absurda quanto cobrar dos empregados de uma empresa a contribuição de que ela é dispensada.



Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

A resolução nº 105, de 15 de junho de 2005, dispõe que haverá um único Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, englobando a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, composto de representantes do governo e da sociedade civil organizada. Já as entidades governamentais e as organizações sociais, sediadas em sua base territorial, deverão ser registradas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Modelo de cotas para universidades é rejeitado

Movimentos sociais não aprovaram a nova versão do projeto de reforma universitária do MEC e exigem a volta do modelo presente no documento inicial. Na nova versão, as universidades federais ganham um prazo de 10 anos para preencher 50% de suas vagas com alunos do ensino médio. Além disso, o MEC retirou de sua proposta as partes que coincidiam com o projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, que também prevê as cotas. O Ministério quer que sua reforma complemente esse projeto. Outra mudança foi a possibilidade de cada instituição escolher seu mecanismo para atingir a meta. Na versão anterior, as universidades deveriam reservar as vagas.



Educação fundamental obrigatória a partir dos 6 anos de idade

Em 16 de maio de 2005, foi promulgada a lei 11.114/05 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o início do ensino fundamental aos 6 anos de idade. A lei determina ainda que é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir da idade estipulada.



Entidades em alerta para as alterações no Novo Código Civil

A lei federal 11.127, de 29 de junho deste ano, alterou vários artigos do Novo Código Civil. Entre eles, está a previsão de que as associações não precisam mais reunir a maioria absoluta de seus associados e obter dois terços de seus votos para alterar seu estatuto ou destituir seus administradores. Agora, as decisões podem ser tomadas por *quorum* estabelecido pelo próprio estatuto da associação. A própria entidade também passa a decidir quais serão os órgãos responsáveis pela aprovação de contas e eleição dos administradores das associações, que antes competiam exclusivamente à assembleia geral. O prazo de adaptação a todas as alterações do Código Civil foi prorrogado até 11 de janeiro de 2007.



Ampliação de atos discriminatórios

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou a proposta de emenda à Constituição nº 66/03 que pretende incluir, entre os geradores de discriminação e preconceitos a serem repelidos pelo Brasil, fatores como etnia, orientação e expressão sexual, crença religiosa, convicção política e condições socioeconômicas, física, psíquica ou mental. A proposta da deputada Maria do Rosário (PT/RS) altera a Constituição tanto no que diz respeito à promoção do bem de todos, quanto no tocante ao direito à igualdade de tratamento na fixação de salários, exercício de funções e critérios de admissão no emprego. A proposta será analisada por uma comissão especial e depois será votada na Câmara.



Aprovadas novas regras para a assistência social

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou, no dia 14 de julho, a Norma Operacional Básica (NOB), conjunto de regras que organiza e disciplina as ações de assistência social em todo o Brasil, além de definir a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A aprovação da norma está sendo considerada um marco histórico, por viabilizar o que determina a Constituição: assistência como política de seguridade social, garantindo direitos com forte participação da população, baseada em uma estrutura dinâmica formada pelos governos federal, estaduais e municipais. As regras prevêem três patamares de gestão (inicial, básica e plena), de acordo com a capacidade do município em executar os programas e o volume de sua contribuição no Fundo Municipal de Assistência Social.



www.assistenciasocial.gov.br

Participantes do lançamento do relatório: à mesa, Pedro Chequer, diretor do programa DST/Aids; Alicia Bárcena, do Cepal; ministro Patrus Ananias; senador Cristovam Buarque; Olívio Dutra, ministro das Cidades; Jairo Jorge, secretário-executivo do MEC; e Carlos Lopes, coordenador nacional da ONU no Brasil



ONU lança relatório sobre Metas do Milênio para a América Latina

Em evento realizado na Comissão de Relações Exteriores do Senado, em Brasília, no dia 16 de junho, foi lançado o Relatório Regional sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a América Latina e o Caribe. Organismos e agências da ONU, sob coordenação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), analisam no documento a situação do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) na região. O relatório servirá de subsídio para a Cúpula do Milênio, que acontecerá em setembro, durante a Assembléia Geral da ONU.



www.onu-brasil.org.br

www.eclac.cl

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, e do Senado, Renan Calheiros, promulgaram o decreto legislativo que autoriza a realização do referendo. Da esquerda para a direita: senador Aloizio Mercadante, Severino Cavalcanti, deputado João Paulo Cunha, Renan Calheiros, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos



Encontro discute políticas de combate à pobreza

Nos dias 20 e 21 de julho, a secretária de Articulação Institucional e Parcerias do MDS, Kátia Campos, representou o governo brasileiro no encontro Globalização, Crescimento e Pobreza, que reuniu representantes dos governos da América Latina, Caribe e Canadá. O foco do evento, realizado em Montevideu, Uruguai, foram as prioridades dos governos para o combate da pobreza e das desigualdades sociais.



www.mds.gov.br

Brasil, Índia e África do Sul discutem desenvolvimento social

Entre os dias 2 e 4 de agosto, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) realizou, no Rio de Janeiro, o seminário Desenvolvimento Econômico com Equidade Social. O encontro promoveu o intercâmbio de experiências sobre os desafios do desenvolvimento sustentável. Representantes de governo dos três países debateram o acesso ao microcrédito, as fontes renováveis de energia, a situação de grupos socialmente vulneráveis, entre outros temas.



www.mre.gov.br

Fome Zero é apresentado em Paris

Participantes do seminário franco-brasileiro "Fim dos Agricultores, Fome no Mundo!", realizado no dia 11 de julho em Paris, conheceram as ações do programa Fome Zero. Iniciativa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Comitê Francês pela Solidariedade Internacional, o encontro reuniu representantes das prefeituras de Rio Branco (AC), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e Santa Maria (RS), além das prefeituras francesas de Paris e Lille.



www.fomezero.gov.br

Aprovado referendo sobre venda de armas no Brasil

Sob forte pressão de organizações sociais e parentes de vítimas, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 6 de julho, data limite definida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a realização de referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo e munições no país, previsto no Estatuto do Desarmamento. A partir de 23 de setembro, as frentes parlamentares pró e contra o desarmamento terão o direito de veicular propaganda gratuita no rádio e na televisão sobre o assunto e no dia 23 de outubro, os eleitores voltarão às urnas para responder sim ou não à pergunta: **O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?**

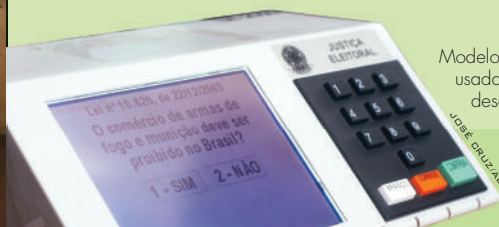


www.tse.gov.br

• Participe da enquete realizada no site da **Revista Filantropia**:



www.revistafilantropia.com.br



Modelo de urna que será usada para o referendo do desarmamento

255 municípios do semi-árido ganham minibibliotecas

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Embrapa, lançou no dia 1º de junho o Projeto de Minibibliotecas do Semi-Árido. Na ocasião, foram entregues oficialmente os kits que comporão minibibliotecas em escolas de 255 municípios, localizados em oito estados do semi-árido nordestino e no Vale do Jequitinhonha (MG). Cada kit contém uma estante, 37 vídeos e 100 livros que abordam temas voltados para a agricultura familiar.

 www.mds.gov.br

 www.cliquesemiario.org.br

Fórum mundial debate a corrupção

Entre os dias 7 e 10 de junho, Brasília foi sede da quarta edição do Fórum Global de Combate à Corrupção, um dos mais importantes eventos mundiais da luta contra ilícitos na administração pública. Na abertura, o presidente Lula garantiu que levará as investigações até as últimas consequências, referindo-se às denúncias de corrupção que envolveram o governo e o PT.

O fórum reuniu representantes de governos, da sociedade civil, de organismos internacionais, de ONGs, especialistas e acadêmicos de 103 países. Entre os temas abordados estavam: lavagem de dinheiro, licitações públicas, conflitos de interesses e financiamento político. Em carta, os cerca de 1.800 participantes reafirmaram o "compromisso com a implementação efetiva das convenções internacionais anticorrupção" e reconheceram a importância da assinatura e da ratificação da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.



Foto oficial dos participantes no encerramento do IV Fórum Global de Combate à Corrupção

Programas sociais receberão mais R\$ 113 milhões

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está ampliando o atendimento aos programas de assistência social em todos os estados brasileiros. Ao todo, 760 municípios dividirão o acréscimo de R\$ 113 milhões que serão aplicados nos programas de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Combate à Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela), de Atenção Integral à Família (Paif) e Agente Jovem. O repasse dos recursos começou a ser efetuado em 1º de setembro.

Secretaria de Segurança

Alimentar tem novo representante

O engenheiro agrônomo Onaur Ruano foi nomeado, no dia 6 de junho, o novo secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS. Ruano é mestre em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, e pesquisador científico do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) desde 1978. Um dos fundadores do PT de Londrina, o engenheiro já presidiu o Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Londrina.

Onaur Ruano, o novo secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



Presidente Lula participa da instalação do Conselho Nacional da Juventude, ao lado do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci

Instalado o Conselho Nacional de Juventude

Acompanhado do presidente Lula, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, instalou no dia 2 de agosto, no Palácio do Planalto, o Conselho Nacional de Juventude. Criado pelo presidente Lula em fevereiro deste ano, o conselho é composto por 40 representantes da sociedade civil e 20 dos poderes públicos e vai assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação e execução de políticas destinadas aos jovens.

 www.planalto.gov.br

Representante do Banco Mundial conhece programas do MDS

No dia 13 de julho, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, recebeu Evangeline Javier, chefe de Desenvolvimento Humano para América Latina do Banco Mundial. Em sua primeira visita a Brasília, Evangeline conheceu os programas sociais do MDS, em especial o Bolsa Família – considerado pelo Banco o maior programa de transferência de renda do planeta –, que deve servir de exemplo para a política social na Indonésia.

 www.bancomundial.org.br



Grupo de Cidadania Empresarial

Ligado à Fundação Cásper Líbero, grupo trabalha há mais de 6 anos pelo comportamento cidadão dentro das empresas

ELAINE IORIO

Persistência. É com essa única palavra que a analista de projetos sociais Márcia Cristina Firmo define o Grupo de Cidadania Empresarial. E com toda razão. O início do grupo foi em agosto de 1999, quando a Fundação Cásper Líbero (FCL) percebeu a necessidade de articular as iniciativas de cidadania propostas por seus funcionários. A partir de então, profissionais de diferentes áreas se uniram para assumir essa responsabilidade, organizando e promovendo ações assistenciais.

Após alguns anos de dedicação, e muito aprendizado, os integrantes resolveram fundar um setor específico, criando, em 2001, o Grupo de Cidadania Empresarial. Entre as atividades estão o auxílio em serviços de mídia para a divulgação das ações das instituições, as campanhas para sanar necessidades de infra-estrutura, a elaboração de programas pedagógicos, que auxiliam no desenvolvimento de projetos, e o envolvimento dos funcionários em movimentos de cidadania, com o nobre intuito de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e sustentável.

Educação e qualidade de vida

Para Márcia, o foco de atuação do grupo é a educação, bem como o fomento e articulação de atividades de responsabilidade social na cidade de São Paulo. “Nossa missão é promover o desenvolvimento de programas socioeducativos, que assegurem a melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e adultos, de forma a contribuir para o surgimento de cidadãos conscientes, abertos a novos aprendizados, à construção do conhecimento e oportunidades”, conta ela.

E para que as ações atendam os interesses de seus públicos, o grupo promove encontros e reuniões de relacionamento, a fim de dialogar sobre as necessidades que cada comunidade possui e estabelecer um plano de atuação.

A comunicação também é uma preocupação com o público interno, que tem acesso a todas as ações do grupo por meio de boletins periódicos e contato pessoal, nos quais os funcionários sugerem ações, tiram dúvidas ou apresentam interesse em realizar trabalhos voluntários. Contudo, o maior canal de comunicação do Grupo de Cidadania com os diversos públicos é a *homepage* na internet, que apresenta todos os projetos em andamento.

Três anos de muito trabalho

Desde o início, o Grupo de Cidadania Empresarial desenvolve projetos incessantemente, tendo apresentado evolução surpreendente. De acordo com Márcia, “as ações assistenciais ainda são mantidas por se acreditar que são necessárias em uma cidade com tantos problemas sociais graves como São Paulo. Mas cada vez mais a ênfase está nos programas com foco em educação, com o objetivo de auxiliar as instituições a ganhar maior eficiência”.

Segundo ela, o compromisso do grupo é de se alinhar às políticas de atuação da empresa, apoiando e sendo referência, com base em seus princípios e nos aprendizados realizados, na adoção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis no âmbito da gestão interna de suas atividades.

Projetos

A atuação do Grupo de Cidadania Empresarial pode ser medida pela importância dos programas que desenvolve. É o caso do Projeto Comunidade Consciente, que promove cursos sobre meio ambiente, poluição, descarte e produção de lixo, coleta seletiva, reciclagem e noções de cidadania para crianças e jovens atendidos nas organizações parceiras. Há também o ciclo de palestras chamado Multiplicadores de Informação, que implica a organização de palestras periódicas direcionadas aos representantes das entidades vinculadas, com a presença de especialistas.

Outro programa de grande representatividade é o de Cursos Profissionalizantes. Voltados para os filhos dos funcionários da Fundação Cásper Líbero, com idade entre 15 e 20 anos, os cursos abordam atividades de informática e rotinas administrativas. Este ano foram disponibilizadas 25 vagas, sendo duas ocupadas por jovens de instituições cadastradas no grupo. Hoje, além de nove entidades cadastradas, o grupo mantém parcerias com organizações que trabalham com crianças e adolescentes, incentivando a educação, o esporte, o lazer e a cultura. 

Grupo de Cidadania Empresarial

 Avenida Paulista, 900 – Cerqueira César
São Paulo/SP

 www.fcl.com.br/cidadaniaempresarial

 cidadaniaempresarial@fcl.com.br

 (11) 3170-5757

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Voluntários na captação de recursos

Escolher os voluntários certos e saber administrar competências são artimanhas que facilitam o trabalho de mobilização de capitais

ANDREA GOLDSCHMIDT
andrea@apoenasocial.com.br

Uma das grandes dificuldades que muitas ONGs enfrentam é a formação da equipe responsável pela captação de recursos. Toda entidade gostaria de contratar profissionais especializados, mas a realidade é que a maioria não dispõe de recursos para isso. Uma ótima solução nesses casos é a utilização do trabalho de voluntários.

Será preciso criar uma dinâmica diferente da que existe quando se trabalha com captadores de recursos profissionais, já que essas pessoas talvez não possam dedicar tanto tempo às atividades, ou não tenham a experiência técnica necessária. Por outro lado, elas têm contatos que podem ser de grande valia. Se estiverem suficientemente envolvidas e motivadas com a causa, podem ajudar bastante na abordagem de um grande número de potenciais doadores.

O planejamento da ação deve ser feito com antecedência, procurando-se buscar respostas para três questões:

- 1 De quantas pessoas dispomos?
- 2 Que atividades elas podem desenvolver e como cada uma pode ajudar?
- 3 Como gerenciar as atividades: envolver, motivar, controlar e reconhecer o trabalho dos participantes?

De quantas pessoas dispomos?

Mais que buscar o cadastro de voluntários, é preciso fazer uma profunda análise daqueles com quem podemos realmente contar. Captação de recursos é uma atividade bastante trabalhosa, que exige habilidades específicas, envolvimento e compromisso. É preciso encontrar as pessoas certas. De nada adianta ter um batalhão de voluntários se eles não conseguirem desempenhar satisfatoriamente as atividades propostas.

Que atividades podem desenvolver?

A princípio, qualquer atividade pode ser desenvolvida por voluntários: organização de eventos, elaboração de projetos e propostas,

montagem e revisão de orçamentos, organização de malas-diretas, preparação de relatórios de prestação de contas para parceiros e doadores, entre outras.

O ideal é que depois de elaborado o plano de captação – no qual foram pensadas estrategicamente as atividades que devem ser realizadas para a captação de recursos –, a entidade selecione os voluntários para desenvolver o trabalho, identificando-os a partir de suas habilidades, experiências e conhecimentos específicos.

Como gerenciar o trabalho dos voluntários?

Como em qualquer relacionamento de trabalho, existem várias fases que precisam ser planejadas e monitoradas nas atividades de captação. As principais são:

Recrutamento

Esse é o primeiro passo importante. É muito comum que as pessoas se ofereçam como voluntárias em atividades relacionadas à causa, ajudando em atividades de atendimento, dando aulas, desenvolvendo atividades lúdicas e recreativas, entre outras. Com menor frequência, porém, vemos voluntários que, espontaneamente, se interessam em ajudar em atividades administrativas. Entretanto, é apenas uma questão cultural.

Muitos voluntários, quando enxergam a possibilidade de desenvolver esse tipo de atividade, sentem-se bastante gratificados. Eles sabem que podem executar a tarefa muito bem, como fazem nas empresas para as quais trabalham. Dar essa alternativa àqueles que procuram a sua organização pode ser uma forma muito promissora de começar a identificar voluntários para esse fim.

Treinamento

Por se tratar de uma atividade muito específica, e com a qual a maioria das pessoas teve



O desenvolvimento prévio do plano de ação é a chave para a supervisão do trabalho dos voluntários

poucas oportunidades de contato na vida, tende a ser bastante interessante dar aos voluntários um pequeno treinamento. É essencial esclarecer os pontos mais importantes dos projetos para o qual se busca recursos, além de mostrar como deverá ser feito o trabalho de captação (individualmente e em grupo). Pequenas dicas podem contribuir muito com a motivação das pessoas e com o sucesso do trabalho.

Supervisão

Considerando que o voluntário foi selecionado para desempenhar uma tarefa específica, é certo que haverá um detalhamento do que deve ser feito, em que prazo e com que recursos. Se o plano de atividades tiver sido preparado dessa maneira, ficará fácil implantar um sistema de supervisão.

O desenvolvimento prévio do plano de ação, portanto, é a chave para a supervisão do trabalho dos voluntários. Uma boa tática é estabelecer reuniões regulares de acompanhamento. Sempre que planejamos uma atividade composta por várias etapas de trabalho, como um plano de captação de recursos, é fundamental que haja momentos pré-definidos de avaliação do andamento das ações propostas.

Além de ser uma forma justa e clara de cobrar o trabalho de todos os envolvidos — já que cada um sabe o que e quando deve fazer, qual a importância do seu trabalho dentro do todo e qual o impacto de um atraso de sua parte nas tarefas de outras pessoas —, a tendência é que os voluntários entendam as datas como *dead lines* e que realizem a própria parte até a data do próximo encontro.

A supervisão, portanto, deve ser freqüente e baseada em informações pré-acordadas sobre as atividades a serem realizadas. Isso não significa que atrasos ou contratempos não possam acontecer durante a execução do plano. O supervisor precisa ter a habilidade de reconhecer quais os problemas que levaram ao não-cumprimento das atividades acordadas — “corpo mole”, falta de habilidade do voluntário para aquela tarefa,

falta de suporte da organização, problemas externos etc. — e avaliar como essa dificuldade será contornada para que o sucesso do plano não seja comprometido.

Avaliação

Uma eficiente metodologia de supervisão já é o começo da avaliação do trabalho dos voluntários. Quando se faz reuniões de acompanhamento com freqüência, constrói-se, dia após dia, uma avaliação de cada um dos voluntários envolvidos nas atividades de captação de recursos.

De tempos em tempos, é preciso fazer uma análise da situação e definir o que fazer com cada um deles. É possível até mesmo demitir aqueles que não atendam às expectativas e, certamente, deve-se dar reconhecimento aos que desenvolvam um bom trabalho.

Reconhecimento

Essa é uma das etapas mais importantes para a motivação das pessoas no que diz respeito à continuidade do trabalho. O reconhecimento tem como ser simples, feito dentro do próprio grupo, ou pode ser público, em um evento, por exemplo. O essencial é sempre lembrar que muitas pessoas podem ver no reconhecimento a principal motivação para continuar contribuindo e, por isso, essa fase não deve ser negligenciada.

Deve-se, portanto, ter especial atenção com algumas etapas do processo de gestão dos voluntários, para que a ação de captação de recursos seja realmente eficiente. Trabalhar com voluntários — na captação de recursos ou em qualquer outra atividade dentro da entidade — é uma tarefa bastante gratificante e economicamente viável, que precisa ser planejada de maneira detalhada para que se obtenham os resultados desejados. 

Andrea Goldschmidt. Administradora de empresas com especialização em Marketing pela FGV, é consultora na Apoena Empreendimentos Sociais.

PAPEL RECICLADO uma responsabilidade socioambiental



Papel artesanal
Blocos
Agendas
Risque rabisque
Cadernos
Folhas
Convites de casamento
Embalagens
Saquinhas
Agendas
Álbuns
Envelopes
e muito mais

moinho Brasil
Tel (14) 3406-4814
Fax (14) 3471-0677
www.moinhobrasil.com
vendas@moinhobrasil.com
moinhobrasil@hotmail.com

O MAPA DA MINA

Ações de captação de recursos são a engrenagem necessária para a concretização de projetos sociais



THAÍS MENDES

Definir o papel do captador de recursos poderia ser tão simples quanto dizer que seu dever é arrecadar meios para colocar os projetos e ideais de uma organização em prática. A realidade, porém, é que a atividade é fator primordial para o funcionamento das instituições, sejam elas de qualquer natureza. O desafio desses profissionais é conseguir elaborar estratégias de captação eficazes, que gerem resultados, alavancadas por uma profunda crença na realização dos objetivos propostos.

A situação é agravada ainda pelo grande número de entidades sociais existentes. Segundo pesquisa do IBGE, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e a Associação Brasileira de ONGs (Abong), em 2002 havia mais de 276 mil instituições sociais no Brasil, sendo que São Paulo é o estado com o maior número delas. Conseqüentemente, cresce a concorrência por recursos financeiros e também por profissionais cada vez mais capacitados na área.

Para Maria Porto Barreto, consultora na área de marketing e comunicação, os captadores são bem intencionados, contudo, ainda falta um pouco mais de entendimento sobre o assunto: “É preciso se aprofundar, não só na técnica, mas também na vivência da atividade. Acho que antes precisamos discutir o que é ser um bom captador de recursos. É aquele que bate a meta e traz o dinheiro? Na minha opinião, um bom captador de recursos, além de trazer investimentos para a organização, precisa capacitar os doadores, ou seja, não deixar que as ONGs sejam exploradas do ponto de vista da comunicação”.

A economista e captadora de recursos Lygia Fontanella acha que a capacidade de se comunicar é o principal requisito. “É preciso gostar muito da causa e da organização e essa identificação deve ser percebida por todos aqueles com quem o captador conversa. A principal característica é a capacidade de comunicação, de ouvir os termos técnicos e jargões do Terceiro Setor e traduzi-los para que as pessoas possam entender. Isso é importante porque uma pessoa só doa quando entende a importância da organização e do projeto”, afirma.

Segundo a V Pesquisa Nacional sobre Responsabilidade Social, feita pelo Instituto ADVB de Responsabilidade Social, houve um aumento de 61% de investimentos feitos em projetos sociais – quase R\$399 mil a mais foi investido em 2003 do que em 2002.

Estratégias: essenciais para o sucesso

“Infelizmente, a forma mais utilizada pelas instituições no Brasil para atrair capital é a da venda da miséria, ou seja, mendigar, de preferência para algum conhecido. A maioria das entidades não tem estratégia, funciona mais na base do desespero.” A frase de Ricardo Falcão, gerente da RFalcão Consultoria, revela a falta de preparo que ainda faz parte da realidade dos captadores brasileiros.

Apesar de não haver regras exatas que definam como fazer com que a captação de recursos funcione na sua entidade, ter um bom planejamento estratégico é essencial. De acordo com Lygia, é preciso seguir alguns passos:

- 1 Saber quanto é necessário captar para financiar os projetos e as despesas operacionais. Muitas organizações não fazem idéia de quanto precisam!
- 2 Organizar as necessidades em propostas que descrevem o que será feito e o que se espera de impacto positivo na vida dos beneficiários.

- 3 Listar potenciais doadores para cada uma das propostas e elencar os benefícios que se vai oferecer a cada um deles. Cada doador tem uma expectativa diferente e os benefícios deverão se adequar a elas.
- 4 Identificar outras estratégias além da abordagem do doador, como festas, bazares, venda de produtos, rifas etc.
- 5 Definir claramente quem é a pessoa responsável pela captação de recursos.
- 6 Providenciar os recursos necessários para executar a captação: ajuda de custo para as visitas, fotos e histórias reais que emocionem o doador, equipamentos, entre outros.

Para Ricardo, muitos problemas ainda estão no caminho. “O meio mais simples para captar recursos são projetos encaminados para a iniciativa privada e agências internacionais. Os maiores problemas estão no desconhecimento dos agentes financeiros, no projeto mal elaborado e na falta de preparo para a captação”, desabafa.

Entre as dificuldades encontradas está a falta de identidade da organização. De acordo com Maria Porto, se a marca e os valores da organização não estiverem definidos, não adianta simplesmente contratar um especialista, pois os recursos não vão brotar: “Muitas vezes o problema da falta de recursos não é somente a falta de pessoas capacitadas para tal atividade, e sim o estágio de maturidade em que a entidade se encontra para se relacionar com seus parceiros e doadores”.

O consultor em Comunicação para o Terceiro Setor e editor da *Revista Filantropia* Marcio Zeppelini também indica a falta de estrutura de comunicação das instituições como forte elemento declinante à captação de recursos. “A comunicação da entidade com seus públicos interno e externo deve ser sustentada nos princípios do próprio estatuto social e pelo objetivo a ser atingido. É necessário trabalhar estrategicamente toda a comunicação da organização de maneira a incrementar e sustentar o trabalho do captador. Isso inclui identidade visual, comunicação impressa e digital, entre outros elementos de peso”, afirma Marcio.

Lygia aponta outro desafio para o captador de recursos: “O principal problema do captador é lidar com a ansiedade dos profissionais da entidade. A implantação de uma ação de captação de recursos exige tempo e investimento, pois os resultados podem demorar de seis meses a um ano para aparecer”.

12 PERGUNTAS A SEREM FEITAS ANTES DE DEFINIR PARCERIA COM UMA EMPRESA

- 1 Os produtos que a empresa vende comprometem a missão da organização? Por exemplo, uma organização que atua na área de saúde versus uma empresa de cigarros.
- 2 Se a empresa se tornar objeto de questionamentos pelo público, a sua organização estará disposta a defendê-la publicamente?
- 3 A organização terá liberdade de trabalhar com os concorrentes da empresa? Em muitos casos, a exclusividade pode significar a impossibilidade de se chegar a um acordo.
- 4 Até que ponto a organização terá controle sobre informações contidas em campanhas junto ao público?
- 5 A organização aceita fazer constar o logo e as marcas da empresa em suas publicações?
- 6 O fato de a marca constar nas publicações da organização vai comprometer a clareza de como é percebida?
- 7 O orçamento vai cobrir todas as despesas reais da organização no seu envolvimento com a atividade?
- 8 A organização será capaz de explicar o porquê da escolha da empresa para a população beneficiária da organização?
- 9 O trabalho que a empresa está propondo está em consonância com a missão da organização?
- 10 O que a organização se recusaria a fazer?
- 11 A divulgação que está sendo proposta pela empresa é compatível com o valor da doação?
- 12 Por quais motivos, se tiver, a organização recusaria dinheiro de uma empresa?

Dentro de uma organização, a discussão sobre trabalhar com empresas pode não trazer respostas a todas essas perguntas, mas sim diretrizes que ajudarão o captador de recursos a determinar quem abordar e em quais situações aceitar ou recusar uma parceria.

Fonte: *Captação de Recursos. Da teoria à prática*. Grupo de Estudos do Terceiro Setor (Gets) – United Way do Canadá. São Paulo: 2002.

“O principal problema do captador é lidar com a ansiedade dos profissionais da entidade. A implantação de uma ação de captação de recursos exige tempo e investimento, pois os resultados podem demorar de seis meses a um ano para aparecer”

*Lygia Fontanella,
economista*

“Muitas vezes, a organização não consegue esperar tanto tempo, pois deixou tudo para a última hora! Outra dificuldade é conseguir que a instituição defina os projetos para os quais se precisa captar com antecedência, para que o captador possa começar a trabalhar rapidamente”, ela ainda completa.

Apesar dessas dificuldades, a administradora de empresas e consultora da Apoena Empreendedorismo Social, Andrea Goldschmidt, acredita que conhecer a realidade em que a população atendida está inserida já é um grande passo: “O captador precisa acreditar na causa. O envolvimento e sua capacidade de demonstrar empolgação com o que defende são fatores importantes para o sucesso”.

De fato, definir os objetivos que devem ser atingidos e saber exatamente o que a comunidade em questão necessita são duas questões-chave para não desperdiçar recursos que poderiam ser implantados em ações não condizentes com a situação da região.

Transparência e envolvimento

Quem doa qualquer quantidade ou tipo de recurso quer saber para onde ele vai e quais foram os resultados. Por isso, diferentemente do setor privado, as instituições têm o dever de divulgar os resultados, os benefícios e os caminhos que foram percorridos.

“Os potenciais doadores precisam estar convencidos de que a organização é idônea, o

projeto é bom e vai realmente ajudar a minimizar o problema que pretende combater. Esse processo pode demorar meses. A instituição precisa conquistar a confiança e o desejo do potencial doador de fazer a parceria”, afirma Andrea.

Agindo dessa maneira, a entidade transmite credibilidade – palavra essencial para manter e atrair novos doadores. “É muito importante também que a organização tenha processos para divulgar o seu balanço. Uma auditoria voluntária também ajuda muito na transparência da divulgação”, lembra Maria Porto. Marcio Zeppelini complementa: “A prestação de contas ao doador é vital para um relacionamento de longo prazo e isso se dá pelos meios de comunicação que a entidade desenvolve”.

Além disso, motivação e envolvimento com a causa são fatores positivos para manter os doadores. “O papel do captador junto às ONGs é de educar o doador para que ele entenda que não é só assinar o cheque e pronto, mas é preciso sim abraçar a causa e se tornar parceiro para que a entidade cumpra sua missão na sociedade. Tal postura irá gerar o que chamamos de sustentabilidade da organização, que contará com parcerias sólidas e duradouras”, complementa Maria.

Ela ainda cita o exemplo de uma campanha da Fundação Lance Armstrong em parceria com a Nike. No caso, a empresa associou sua marca à causa e destinou recursos

O CAPTADOR DE RECURSOS: CÓDIGO DE ÉTICA E PADRÕES DA PRÁTICA PROFISSIONAL

A Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) estabeleceu um código de ética para a profissão, a fim de que sua atuação seja responsável. A ideia é criar um código para que os profissionais possam atuar com integridade e compromisso com a missão da organização, e para que sempre tenham em mente que a credibilidade é o que possuem de mais valioso. A última revisão aconteceu em junho de 2002.

O código de ética se divide em nove itens:

- 1 Legalidade:** o captador deve respeitar a legislação vigente no país.
- 2 Remuneração:** o profissional só deve receber um valor que tenha sido pré-estabelecido.
- 3 Confidencialidade e lealdade aos doadores:** respeito ao sigilo das informações sobre os doadores.
- 4 Transparência das informações:** total transparência na gestão dos recursos captados.
- 5 Conflitos de interesse:** cuidados que se deve tomar para que não haja conflitos de interesse durante suas atividades.
- 6 Direitos do doador:** conforme o Estatuto dos Direitos do Doador (ver adiante).

7 Relação do captador com as organizações para as quais ele mobiliza recursos: comprometimento do captador, seja ele funcionário, autônomo ou voluntário, com o progresso das condições de sustentabilidade da organização.

8 Sanções: quando a conduta de um associado da ABCR for objeto de denúncia identificada de infração às normas estabelecidas no código de ética, o caso será avaliado por uma comissão designada pela diretoria da ABCR, podendo o captador ser punido com mera advertência ou até desligamento do quadro associativo, conforme a gravidade do ato.

9 Recomendações finais: considerações sobre a remuneração, estímulo ao trabalho voluntário e dicas para a seleção de projetos.

Estatuto dos Direitos do Doador

Pensando no lado de quem faz a doação, a ABCR também preparou esse estatuto, para que se estabeleçam vínculos e compromisso com as causas com plena confiança. De acordo com o estatuto, o doador tem os seguintes direitos:

- Ser informado sobre a missão da organização, sobre como ela pretende usar os recursos doados e sobre sua capacidade de usar

as doações, de forma eficaz, para os objetivos pretendidos.

- Receber informações completas sobre os integrantes do conselho diretor e da diretoria da organização que requisita os recursos.
- Ter acesso à mais recente demonstração financeira anual da organização.
- Ter assegurado que as doações serão usadas para os propósitos para os quais foram feitas.
- Receber reconhecimento apropriado.
- Ter a garantia de que qualquer informação sobre sua doação será tratada com respeito e confidencialidade, não podendo ser divulgada sem prévia autorização.
- Ser informado se aqueles que solicitam recursos são membros da organização, profissionais autônomos contratados ou voluntários.
- Poder retirar seu nome, se assim desejar, de qualquer lista de endereços que a organização pretenda compartilhar com terceiros.
- Receber respostas rápidas, francas e verdadeiras às perguntas que fizer.

para uma ONG que luta contra o câncer. “O representante da organização é uma figura pública, Lance Armstrong, ciclista renomado que se identifica com o público da empresa financiadora da campanha. Uma parceria em que todos ganham!”, completa.

Fidelização de parceiros

Fazer com que alguém que doe uma vez se torne um doador fiel é bastante positivo para qualquer instituição, mas também muito difícil. A contrapartida é um ponto a se pensar, ou seja, a organização social precisa dar algum retorno a seu doador, que não precisa ser material – pode ser o resultado bem sucedido de um projeto, em que seja visível a melhoria de condição dos atendidos.

“De todas as formas de captação, acredito que a mais utilizada por todas as entidades sejam as negociações pessoais com grandes doadores, que podem ser empresas, fundações, governo ou um indivíduo rico. É quando se cria um relacionamento com um potencial doador a quem se pode recorrer para solicitar uma grande doação para certo projeto específico. Essa forma de captação é executada não somente por um captador profissional, mas

especialmente pelos principais executivos da organização, conselheiros e voluntários”, afirma Lygia.

Fontes de financiamento

Há diversas fontes de financiamento que podem auxiliar instituições com seus projetos. Entre elas, existem as agências internacionais de financiamento, que se dividem em dois grupos:

- **Instituições multilaterais de financiamento:** organismos financiados por vários países, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, por exemplo, que possuem agências e bancos regionais, respectivamente, em muitos lugares. Essas instituições financiam projetos, mas possuem alguns critérios que devem ser seguidos e valores altos para investir.
- **Agências financiadoras bilaterais:** governos de países como Estados Unidos e França se auxiliam para promover o desenvolvimento. Assim, utilizam de ferramentas como acordos de cooperação internacional, que são o caminho para a implementação de programas e projetos.

Para Andrea, qualquer entidade tem como conseguir os recursos internacionais, entretanto, é preciso ter alguns cuidados: “A organização precisa ser capaz de demonstrar que tem estrutura para gerenciar bem os recursos recebidos, para esclarecer sobre a aplicação do capital, capacidade de avaliar os resultados alcançados e prestar contas das suas conquistas e das alterações necessárias para aumentar a eficiência do programa nos próximos períodos”.

Empresas internacionais ou nacionais também podem ser uma fonte de recursos, porém, para conquistar o interesse delas, é necessária muita organização. Atualmente, muitas empresas têm os próprios institutos, devido ao crescimento da importância da responsabilidade social.

Outra categoria é a das fundações, que se subdivide em três segmentos:

- **Fundações de empresas:** criadas pelas próprias companhias para financiar projetos ou abraçar alguma causa considerada importante.
- **Fundações familiares:** geralmente são uma ampliação de interesses filantrópicos



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações

- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**39 anos
de exclusivo
compromisso
com as
entidades
do 3º setor**

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes - São Paulo/SP CEP 01150-001

de uma só pessoa ou família, que transfere recursos para um fundo de legado. Assim, faz doações com o rendimento sobre o valor do legado.

- **Fundações comunitárias:** normalmente, um doador doa certa quantia para essa fundação. Investe-se o dinheiro e o rendimento é distribuído de acordo com as instruções do doador.

As instituições locais, que podem ser igrejas, clubes sociais, grêmios estudantis etc., podem simplesmente arrecadar e doar dinheiro, mas às vezes essas ações ocorrem paralelas à atividade principal da instituição. Esses locais também oferecem muitos voluntários.

Para Lygia, elas podem ser doadoras-chave para as organizações: “Acredito que um dos maiores potenciais de captação esteja no entorno da entidade. Ou por estarem fisicamente próximos – como estabelecimentos comerciais e vizinhos – ou por terem algum interesse direto no trabalho da organização – padrões dos familiares dos beneficiários, por exemplo”.

Andrea ressalta em tempo: “O desafio é buscar um parceiro que tenha interesses e expectativas similares aos da organização e, por isso, cada caso deve ser estudado individualmente”.

Por fim, há o financiamento governamental, que apóia iniciativas mais amplas, como o combate ao analfabetismo e à fome, por exemplo.

Tema de muitas discussões: como deve ser a remuneração do captador?

O assunto mais polêmico que ronda a profissão do captador de recursos é, atualmente, a remuneração dos serviços. As opiniões se dividem: alguns apóiam o comissionamento e outros, o salário fixo.

A primeira idéia segue o que foi determinado pela Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), que proporciona às empresas o abatimento de até 4% do Imposto de Renda, dentro da alíquota de 15% incidente sobre o lucro líquido, quando essas empresas destinam verba para projetos culturais previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. A lei autoriza a disponibilização de um percentual do custo do projeto para a remuneração do captador: “Nenhuma aplicação de recursos poderá ser feita por meio de qualquer tipo de intermediação. Todavia, a contratação de serviços necessários à elaboração de projetos para a obtenção de doação, patrocínio ou investimento, bem como a captação de recursos ou sua execução por pessoa jurídica de natureza

cultural não configura intermediação”. Antes, o valor a ser pago ao captador era estipulado em 10%. Hoje, a porcentagem depende do valor que será captado.

A outra opinião é definida pela Associação Brasileira de Captação de Recursos (ABCR) que, seguindo as determinações internacionais, não autoriza a remuneração do profissional de forma comissionada e propõe outras alternativas. Em seu código de ética, consta que “o captador de recursos deve receber pelo seu trabalho apenas remuneração pré-estabelecida – não aceitando, sob nenhuma justificativa, o comissionamento baseado em resultados obtidos; e atuando em troca de um salário ou de honorários fixos definidos em contrato; eventual remuneração variável, a título de premiação por desempenho, poderá ser aceita em forma de bônus, desde que tal prática seja uma política de remuneração da organização para a qual trabalha e estenda-se a funcionários de diferentes áreas”.

Com tamanho impasse, vale à pena recorrer novamente à opinião dos profissionais do Terceiro Setor (vide box abaixo). É possível que a partir da experiência deles seja mais fácil chegar a uma conclusão mais clara, condizente com o funcionamento da entidade. 

OPINIÃO: COMO REMUNERAR O CAPTADOR DE RECURSOS?

Andrea Goldschmidt (administradora de empresas e consultora da Apoena Empreendimentos Sociais): Acredito que o sistema de pagamento fixo seja mais adequado e mais justo, mas entendo que algumas organizações precisam trabalhar com comissionamento por não terem condições de arcar com o custo da manutenção de um profissional como este. A experiência, no entanto, mostra que os resultados, a longo prazo, são melhores quando o captador é funcionário da organização. Ele fica mais comprometido, escolhe melhor os parceiros, se envolve mais com a causa e pode investir mais tempo na prospecção e na criação de relacionamentos com potenciais doadores.

Lygia Fontanella (economista e captadora de recursos): Prefiro que os captadores recebam salário fixo, e não comissões, principalmente porque o doador espera que sua doação seja utilizada nos beneficiários, e não gostaria nem um pouco de saber que uma porcentagem do valor doado foi diretamente para o captador. Além disso, como os resultados do esforço de captação de recursos podem demorar para aparecer, é importante manter o profissional devidamente remunerado para que consiga manter sua motivação e esforço na conquista das doações. Sei que muitas organizações, por não terem recursos suficientes para manter o salário de um captador, preferem

remunerar apenas quando a doação entra na organização. É por isso que os custos com o captador devem ser incorporadas às despesas operacionais da organização, aquelas que não estão ligadas diretamente a nenhum projeto-fim. E para obter recursos para o pagamento das despesas operacionais é preciso desenvolver ações de captação que dão **liberdade** para a organização utilizar o dinheiro como desejar.

Maria Porto Barreto (consultora na área de marketing e comunicação): Particularmente sou contra a comissão, pois não acredito que aquelas pessoas que arrecadam recursos para determinada causa devam receber uma porcentagem desse dinheiro. Primeiro porque os recursos precisam ser destinados às atividades sociais para as quais foram solicitados; segundo, porque existe muita malandragem. Por exemplo, sou uma captadora e arrecado R\$ 250 mil para a ONG X. Não é justo que parte desse dinheiro, que saiu de uma empresa, fundação etc., para o projeto X, venha para o meu bolso – afinal, ele não foi pedido para isso. Temos sempre que ser bastante transparentes na aplicação de recursos, ainda mais quando o capital vem do esforço de outros.

Marcio Zeppelini (consultor em comunicação para o Terceiro Setor e editor da **Revista**

Filantropia): Eu sou contra a comissão, mas sou totalmente a favor da bonificação por volume gerado, além de um salário compatível com o mercado. O captador de recursos não deve estar engessado a um salário fixo, mas também não deve receber porcentagem do valor arrecadado. É interessante estabelecer um vínculo com o planejamento estratégico, objetivos e bonificações gradativas, com valores pré-estabelecidos, de acordo com as metas alcançadas. Somente o salário fixo é desmotivante e, de certa maneira, confortável ao captador. O comissionamento, em minha opinião, é destinar parte de uma doação a um fim diferente do que se propôs o doador. Já a bonificação por metas atingidas é mais transparente – além de ser ético segundo a ABCR – e motiva o captador a conseguir arrecadar mais.

Ricardo Falcão (consultor e gerente da RFalcão Consultoria): Não vejo diferença e nem problema com nenhuma das formas. Alguém que não tem ética, não agirá com ética devido à forma de pagamento. A decisão cabe à instituição que irá trabalhar de acordo com suas possibilidades. Acredito que a captação é um trabalho de todos, assim, a bonificação deveria ser dada a todos. O que recomendo é que o captador seja alguém da instituição, para que ela não fique sempre dependendo de um captador.

Diário de um voluntário

RICARDO MARCELO DE OLIVEIRA

ricardo@2rios.com.br

“Valete de copas, eis que um três sortudo fechou a série. Era apenas mais um jogo amistoso de truco em uma tarde chuvosa de sábado, durante uma festa de um grupo de jovens bebedores. Enfim, o trivial. E eu, eliminado na última rodada, acompanhava a partida.

Foi quando Gabriela entrou no jogo, do seu jeitinho, é claro. Ela tinha cerca de 5 anos de idade e batia na mesa segurando bolachas de papelão como se fossem cartas. Resolvi acompanhá-la na brincadeira, pois, como perdedor, eu não estava tão amistoso assim. Logo a paciência deles acabaria: ou me colocavam de volta no jogo ou seria expulso da mesa. Até hoje acho que tomaram a decisão errada...

Fui brincar com a Gabriela no deck da piscina e lá aprendi o que chamam de má influência da televisão. Afinal, que vontade é essa que as crianças têm de voar? Lógico, com a ajuda dos adultos, agarrando-as debaixo dos braços e as girando em torno de nós mesmos. Logo eu, um árduo praticante do sedentarismo. Três vãos do jato invisível da menina-maravilha e os meus foguetes, digo, braços, se esgotaram. Mas a energia dela estava intacta como seus braceletes blindados.

Ela não entendia nada. Uma mulher que voa em jato invisível com um biquíni das cores da bandeira americana? Eu deveria ter usado a Florzinha, a Lindinha ou a Docinho. Repeti a brincadeira até dizer: “Olha, a tia Cris faz você voar mais alto que o tio”, e ela correu até a tia, que também aproveitava aquela festa. Admito que fui desonesto com o entusiasmo dela, mas também tenho meus limites, e ainda tinha chance de voltar a jogar.

E o que aconteceu durante o resto da tarde não merece mais linhas, já que o tema a ser trabalhado aqui é voluntariado, não é? Então, uma semana depois daquele dia, um imprevisto marcou a minha vida e de alguns colegas, tornando-nos voluntários. Isso foi há 6 anos.

Destino

Alguns carros cruzavam faróis vermelhos para levar gestantes a um hospital e trazer uma nova vida ao mundo. Outros ultrapassavam os limites para tirar vidas inocentes de nossos olhos.

Gabriela era filha de um grande amigo meu, Renato. Pai separado, naquela tarde ele havia deixado a garota com a mãe dela. Bom, acredito que seja melhor eu parar por aqui, pois não houve a quem condenar naquele dia. Porém, eu me condenei, por não ter feito aquela força de vida decolar com seu jato imaginário sobre o azul da piscina...

Curvas da vida! Você derrapa, cai e se levanta. No dia seguinte, eu estava criando capas de livros e revistas, e um mês depois já agendava



“Estávamos orgulhosos. O corpo estava dolorido, mas o pensamento planava levemente. A recompensa foi cada sorriso que conseguimos arrancar deles”

outra festa. O Renato, entretanto, chorou por mais alguns meses. Pelo menos até o Natal seguinte.

Movido por esses pensamentos que sopram em nossa mente, os quais os fiéis chamam de “luz” e os moderninhos de insight, ele foi às lojas de brinquedo comprar presentes. A compra não foi para sua filha, mas para mais de 40 crianças. Ele justificava o que não precisava ser justificado: “Todo ano eu reservava uma boa quantia para gastar com ela nesta data. Agora, eu preciso fazer algo para conter o que está dentro de mim”.

E eu não podia deixá-lo só nesse momento. Com os carros abarrotados de sacolas, formamos um grupo de amigos e seguimos para um orfanato de uma cidade vizinha. Percorremos longo trajeto, deixando os prédios para trás. Foi preciso enfrentar estradas esburacadas até acabar o asfalto e sobrar apenas os buracos que antecedem as vielas de terra.

O meu pensamento esmiuçava o que encontraria pela frente. Como seriam? Jovens ou crianças? Maltrapilhos ou uniformizados? Mal-encarados ou angelicais? Delinquentes ou educados? Pensamentos burgueses que nem deveriam passar pela minha cabeça devido a minha origem simples. E que se mostram fúteis quando se entende a filantropia.

Depois de horas de carro, encontramos o portão forrado de sorrisos. Ao descer, escutei uma sinfonia de piar que nenhum viveiro do mundo pode soar. Como uma criança pode dizer tantas vezes a palavra tio sem parar para respirar? Era melhor atender aos pedidos antes que algum desmaiasse.

Uns olbinhos mais espertos já fitavam as sacolas. E como controlá-los? Sabiam que dentro daqueles plásticos brancos estavam sonhos e sorrisos. E por que não relembrar também aquele sentimento gostoso que você tinha, até algum chato lhe contar que renas não voam?

Entramos pelos portões da simples casa, em um bairro simples, de um lugar que alguém, de seu gabinete, esqueceu de pensar. Quantos abraços, apertos de mão e beijos sujos de doces. Diferente de nossos filhos e sobrinhos, a quem temos de implorar por um afeto. No princípio imaginei ser a norma da entidade — as senhoras que administravam o lugar poderiam

os obrigar a receber bem todos que chegassem. Eu e mais um pensamento inútil. Aquilo era carência!

Eles não tinham os tios que nossos filhos têm para levá-los ao futebol. Pais para comprar revista de colorir no domingo de manhã. Avós para servir bolinho de chuva nas tardes molhadas. E principalmente: mães para dar aquele beijo de boa noite. O que para nós se tornou mesmice, para eles era o essencial que nunca tiveram.

As horas passaram rápido. Jogamos bola, empinamos pipas, recordando aonde se laçavam as linhas de um papagaio. Servimos doces e salgados para mãos tão pequenas que ficavam indecisas entre o pé-de-moleque e o cachorro quente. A festa foi o evento do ano para eles. Nosso amigo Cláudio conseguiu, apesar dos enchimentos de espuma e do sol de 37°C, manter viva a lenda do bom velhinho.

À noite, em uma pizzaria já de volta à cidade, os garçons olhavam estranho para aqueles velhos maltrapilhos, sujos e falando alto, o que contradizia meus primeiros erros da manhã. Eram muitas as histórias interessantes. Uma brincadeira. Um beijo ganhado. A fala de uma criança que deixou um adulto embaraçado. Copos cheios, brindes e mais brindes.

Estávamos orgulhosos. O corpo estava dolorido, mas o pensamento planava levemente. Não importava o quanto fora desgastante. A recompensa foi cada sorriso que conseguimos arrancar deles. E as palavras foram se unindo, sintetizando nossas expressões sujas e felizes. Até alguém entoar: “O corpo está moído, a alma lavada e o coração limpo”.

E foi assim que me tornei voluntário. Sacrificando um dia qualquer do meu tempo. Para levar àquelas crianças um dia que ficará marcado em suas vidas. Uma tarde em que fui além dos meus limites para izar vãos de corações e mentes que não merecem ter seus sonhos roubados. Como daquele anjo que jogava baralho com bolachas de papalão.”

Ricardo Marcelo de Oliveira. Diretor de Projetos da 2rios Agência Digital, é administrador do site da Revista Filantropia e foi Diretor de Arte da Zeppellini Editorial.

O TEXTO É VERÍDICO, MAS TEVE ALGUNS NOMES TROCADOS A FIM DE RESGUARDAR O SENTIMENTO DE UM GRANDE AMIGO.

ASSISTENCIAL

Voluntariado organizado fortalecendo a luta contra o câncer

Entidade tocantinense garante melhores condições materiais e emocionais para pacientes de câncer enfrentar a doença

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.org.br

O Canto Cidadão levou a agenda de eventos da iniciativa Em Todos os Cantos para a mais jovem capital do país, Palmas, em Tocantins. Criada há apenas 16 anos, a cidade recebeu as palestras e visitas hospitalares da ONG de São Paulo, cujo objetivo é sensibilizar gestores públicos e privados, estudantes e profissionais da saúde e comunicação, e cidadãos em geral para a importância do protagonismo social e fortalecimento do Terceiro Setor.

Dentre as atividades realizadas nos quatro dias de permanência em Tocantins, representantes do Canto Cidadão visitaram uma organização social que há quatro anos atua com a finalidade de controlar o câncer no município de Palmas, com desdobramentos em todo o estado. A Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer reza a cartilha da Divisão Nacional de Doenças Crônicas Degenerativas do Ministério da Saúde Brasileiro, que preconiza a prevenção, o ensino e o estudo. A pertinência da atividade é sustentada pelas estimativas do Instituto Nacional de Câncer (Inca), que prevê para o ano de 2005 a ocorrência de mais de 467 mil novos casos de câncer.

Os tipos mais incidentes, além do câncer de pele não melanoma, serão de próstata e pulmão, no sexo masculino, e mama e colo do útero, para o sexo feminino, acompanhando a mesma magnitude observada no mundo. São esperados 229.610 novos casos para os homens e 237.830 para as mulheres. Ainda segundo o Inca, o número de casos novos estimados distribui-se de forma heterogênea nas unidades da federação e capitais do país, merecendo atenção de norte a sul.

Lições de vida

Durante a visita foi possível conhecer a trajetória do projeto social, que, mesmo jovem, já possui papel de destaque na área da saúde tocantinense. E um aspecto cultural fez e vem fazendo a diferença na história da ONG: a fun-

dadora e atual presidente, Nadir Maria Hoff, atuava em uma entidade de mesmo nome em sua terra natal, Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. Quando fez as malas rumo a Tocantins, colocou na bagagem as experiências vividas em vários anos de voluntariado e protagonismo social, e a certeza de que poderia dar continuidade às atividades em seu novo endereço.

“A atuação social se tornou parte indissociável de minha rotina. Não me via saindo do trabalho, por isso decidi reunir pessoas e começar o atuar aqui em Palmas”, conta Nadir. Reunir pessoas interessadas em protagonizar a melhoria da saúde pública parece ser a vocação da fundadora, uma vez que pela Liga já passaram centenas de voluntários e atualmente 85 se dedicam com regularidade aos projetos.

Antes de revelar as práticas da entidade, vale ressaltar o caso de uma voluntária de 83 anos, dona Esmeralda Alves, que relatou de forma tranqüila e segura sua carreira de voluntariado. Há quase um ano ela faz parte do time e conta que há décadas ajudar o próximo faz parte de sua vida: “Quando eu fiquei alguns meses sem poder ajudar, por causa de uma dificuldade de locomoção, senti que a minha vida perdia sentido a cada dia. Afinal, estamos aqui para construir um lugar melhor, para nós e para o mundo”. Ainda completa: “Tem gente que me diz para ficar em casa, curtindo a minha melhor idade. Eu sempre respondo que melhor idade para mim só faz sentido se eu fizer aquilo que eu gosto e o voluntariado é e sempre será uma grande fonte de satisfação e energia de vida para mim”. Impossível seria ignorar o exemplo de dona Esmeralda, que chega devagar com sua bengala em punho. E devagar, mas sempre, ela ajuda a produzir peças de crochê, que são vendidas nos bazares promovidos pela Liga.

Linha de atuação

A ONG tem uma divisão clara das tarefas a serem realizadas, o que gera comprometimento

“Fazemos qualquer negócio para amenizar o sofrimento daqueles que estão vivendo o desafio de lidar com um câncer”

*Nadir Maria Hoff,
presidente da Liga Feminina*





À direita, Felipe Mello, do Canto Cidadão, conversa com integrantes da Liga Feminina

e qualidade na execução. “O voluntário produz mais e melhor e se sente realizado quando seu papel está claro”, orienta Nadir. As equipes estão divididas em alguns segmentos de atuação, como artesanato, espiritual, educacional, de divulgação, assistencial, social e diretoria. O organograma, que faz lembrar departamentos de uma empresa, gera fluência e resultados.

Um exemplo é o time de artesanato, cujas atividades de produção de bordado, crochê, pintura e costura fazem parte de um calendário com divisão de datas e horários. Desde fevereiro de 2004, em média oito voluntárias freqüentam diariamente a sede da entidade, entre 14 e 17 horas, produzindo as peças a serem comercializadas em bazares. Naquele ano foram dois os eventos: comemoração ao Dia das Mães e festas natalinas.

Toda a renda arrecadada foi revertida para as famílias carentes dos pacientes portadores de câncer. Para Nadir, “é uma fórmula interessante, que alia a necessidade da captação de recursos à atividade direta dos voluntários, o que faz com que eles se sintam recompensados quando vêem seu talento e dedicação se reverterem em melhoria na qualidade de vida do público atendido”.

Já a equipe espiritual faz visitas semanais ao Hospital Instituto do Câncer e, quando solicitado, também em domicílio. Aspecto interessante da equipe é a realização de batizados dentro do ambiente hospitalar, comandados pelo padre Sebastião Lima. Em 2004 foram quatro.

Além de captar recursos e cuidar dos assuntos da alma, a Liga também promove a educação quanto à importância, principalmente, da prevenção e combate ao câncer. No ano passado foram quase 20 eventos de sensibilização, realizados com amplo apoio de palestrantes voluntários, em parceria com empresas e os governos estadual e municipal.

Houve palestras e cursos sobre tabagismo, câncer de mama, câncer de próstata, doação

de sangue e cidadania, entre outros temas. O esforço pela conscientização está alinhado ao que pregam grandes nomes da saúde mundial: a única medicina que funciona de verdade é a preventiva. A presidente da entidade concorda e conta que o nível de desinformação do cidadão da região chega a impressionar. “Cuidados básicos e aparentemente óbvios são grandes novidades para muitos, que comparecem aos eventos e, pela aplicação das dicas no dia-a-dia, podem diminuir os riscos de sofrimento e utilização de recursos públicos com tratamento posterior”, explica ela.

Repercussão dos projetos

A Liga conhece a história da galinha e da pata, e sabe qual o segredo da primeira para ter seu produto muito mais conhecido e apreciado. A comunicação é a resposta, uma vez que a pata anuncia com ênfase sua obra. Seguindo o exemplo da ave bem-sucedida, a ONG divulga amplamente seus trabalhos, pela conquista do apoio da imprensa escrita, falada e televisada.

Foram diversos convites para apresentar os trabalhos em veículos de comunicação, o que traz efeitos positivos tanto para a multiplicação das mensagens quanto para o fortalecimento da própria entidade. “As ONGs precisam se relacionar com a imprensa e isso se faz com organização, persistência e demonstração de resultados. Uma vez mostradas a competência e a utilidade, as portas ficam mais fáceis de serem abertas”, revela Nadir.

Dentre todas as atividades empreendidas pela entidade, a equipe assistencial responde por aquelas com maior poder de impacto, uma vez que atua no *front* de batalha, junto a pacientes e os diversos tipos de necessidades. Para fazer parte do grupo que atua nos hospitais, o interessado passa por uma capacitação de 12 horas, recebendo informações indispensáveis para o sucesso das atividades, que vão desde o simples

e precioso ato de ouvir até a doação de itens. No ano passado, foram três cadeiras de rodas, oito passagens aéreas, 400 vales-transportes e 145 cestas-básicas. O grupo ainda distribui kits de higiene, promove cortes de cabelo e campanhas de higienização das mãos – grande trunfo no combate às infecções –, fornece ajuda financeira na compra de medicamentos e intervém para a agilização de marcação de exames junto às secretarias de saúde.

“Fazemos qualquer negócio para amenizar o sofrimento daqueles que estão vivendo o desafio de lidar com um câncer. Só a doença já é uma grande batalha e o quadro se agrava quando faltam condições financeiras. Queremos caminhar junto com o paciente, fornecendo aquilo de que ele estiver precisando, materialmente ou não”, conclui Nadir orgulhosa. 

NÚMEROS DA LIGA EM 2004

20	eventos de sensibilização
3	cadeiras de rodas
8	passagens aéreas
400	vales-transportes
145	cestas-básicas

Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer

 108 Sul, Alameda 2, Lote 50
CEP 77000-000, Palmas/TO
 (63) 218-5526
 www.inca.gov.br

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

AMBIENTAL

Amizade natural é amizade com a natureza

ONG de Macapá faz coro aos esforços que elevam o estado do Amapá à condição de o mais preservado do país

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.org.br

Falar sobre a natureza após visitar Macapá, capital de Amapá, é tarefa fácil. Verdaderamente distante do eixo Rio-São Paulo, o local tem características especiais, especialmente no que diz respeito à preservação do meio ambiente. A preocupação com o tema, uma obviedade solenemente ignorada na grande maioria dos quatro cantos do mundo, tem mais vez e voz em terras amapaenses.

Vale lembrar algumas informações básicas sobre esse nosso jovem estado, que até 1988 tinha a condição de território federal. O Amapá é o início do extremo norte do litoral brasileiro, que começa no final do rio Oiapoque (divisa com a Guiana Francesa).

Dados da preservação resistente: 24,2% de sua área é protegida por lei, com regiões de conservação ambiental e reservas indígenas. Existem divergências sobre o número preciso, mas a média dá conta que não mais do que 3% da área do Amapá (143.435 km²) já tenha sido desmatada, fazendo com que a mata virgem, correspondente a 70% do território, ainda conserve sua biodiversidade praticamente intacta.

Alguns podem até argumentar que a conservação está diretamente ligada ao tamanho reduzido do estado. Em termos de Brasil, a área não “põe banca”, mas cabe salientar que o Amapá é quase 50% maior que Portugal, três vezes e meio o tamanho da Suíça e ligeiramente maior que a Grécia, berço da civilização ocidental. Quem é mesmo pequeno?

É inquestionável a prodigiosa condição do Amapá, especialmente se comparado com outros locais do Brasil e do mundo. Exemplos trágicos não faltam: da cobertura original existente em 1500 no Brasil, restam apenas, e tão somente, 9% da mata atlântica, segundo relatório divulgado em 2000 pela WWF – entidade transnacional dedicada ao meio ambiente. Outra realidade que chama a atenção nacional e internacionalmente é o avanço da ocupação predatória da floresta amazônica, estimulada pela produção e exportação de soja, carne, milho, algodão e, sobretudo, de madeira. É pública e cada vez mais notória a pressão de grupos poderosos (madeireiros, criadores de gado, donos de frigoríficos) sobre

as esferas de governo, em busca de relaxamento da fiscalização e das exigências de licenciamento ambiental. A argumentação? Segundo as vozes dos grupos, os entraves conservacionistas constituem obstáculos ao crescimento econômico e das exportações. Discurso bem parecido com o daquele homem público que não se cansa de dizer que “trânsito é sinal de progresso”.

De volta ao Amapá, o nível de atenção e tensão com assuntos ligados à natureza cresce juntamente com a chegada de imigrantes, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), provenientes principalmente do Pará e do nordeste. O fluxo migratório tem motivado o estado a implementar ações que associam crescimento e preservação. Alguns exemplos: em 1995 foi criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá; desde 1997 está em vigor uma lei que regula o acesso à biodiversidade, o uso de recursos genéticos e o emprego da biotecnologia e bioprospecção; já em 1999 foi criada a Universidade Estadual do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Felipe Mello e Roberto Ravagnani (de azul) com monitor da Escola Aberta de Educação Socioambiental, às margens do rio Amazonas



Trabalho dos voluntários da área de saúde com catadores de lixo



Turma de voluntários da entidade

Amigos em Ação

Além das ações do governo, outra contribuição igualmente importante é dada pela sociedade civil organizada, mais conhecida como Terceiro Setor. Em viagem recente à capital amapaense, os representantes do Canto Cidadão Felipe Mello e Roberto Ravagnani conheceram uma ONG que desde 1999 persegue a missão de contribuir para a formação de cidadãos atentos às questões ambientais e conhecedores das causas e efeitos dos problemas, estimulando ações cotidianas para enfrentá-los. Trata-se do Instituto Ecológico e Cultural Amigos em Ação, que tem na pessoa de Almeida Junior seu dirigente e porta-voz. “O homem já vasculhou cada centímetro do corpo humano e do planeta Terra. Já fomos à Lua e pousamos um veículo espacial em Marte. Porém, ainda não estamos completamente convencidos da fragilidade do meio em que vivemos e dos perigos que podemos estar impondo às futuras gerações”, diz Junior.

Para conhecer melhor as atividades sociais empreendidas pela entidade, uma reunião foi realizada em sua sede, que fica em local bastante aprazível, uma praça às margens do rio Amazonas. Detalhe: o gigante rio, quando passa por Macapá, chega a ter 22 km de largura, uma verdadeira inspiração. Ou seja, o Amigos em Ação está bem de vizinhança.

Durante o encontro, um ponto ficou bastante evidente: o perfil eclético dos participantes dos projetos. Além da parceria constante com o Rotary Club, a ONG conta com pessoas ligadas à área da saúde, segurança pública, poder legislativo municipal, educação, entre outros. A pauta do dia previa a discussão de um projeto de voluntariado em unidades básicas de saúde, com o objetivo de estimular a população a se apropriar dos espaços públicos, cuidando deles e os fiscalizando para manter

sua qualidade. Iniciativa interessante, visto que a grande maioria das ações de protagonismo social na área da saúde tem como primeiro palco os hospitais.

Entre os projetos realizados pela entidade, destacam-se a Escola Aberta de Educação Socioambiental e a iniciativa de captação de recursos denominada Clube do Cartão Verde. “A escola é um projeto piloto e tem como meta a revitalização socioambiental dos dois principais pontos do corredor turístico de Macapá: a praça Floriano Peixoto e o parque do Araxá, localizados entre a Fortaleza de São José de Macapá e o monumento do Marco Zero do Equador. Os locais detêm importante valor histórico, urbanísticos, paisagísticos, ambientais e culturais”, explica Almeida Junior.

Idéias do bem

Para conquistar os objetivos, são oferecidas à população oportunidades de melhor se relacionar com os espaços públicos, por meio de atividades lúdicas e de lazer permeadas pelos processos de educação ambiental, para fortalecimento da noção de cidadania. “Interagindo diretamente com a comunidade do entorno, a iniciativa motiva gestores de escolas e empresas a adotar cada vez mais a responsabilidade social”, esclarece o diretor do Amigos em Ação. As atividades contemplam apresentações de vídeos, ciclo de palestras, sala de leitura, grupos folclóricos e feira de artesanato, além de torneios esportivos e opções de lazer, como passeios ecológicos e náuticos.

Sem dúvida, um dos temas campeões de audiência, e certamente presente nos sonhos (e pesadelos) de gestores de programas sociais, é a captação de recursos. Para isso, a organização possui uma ação interessante, não necessariamente uma novidade, mas que certamente pode inspirar outros projetos: é o Clube Cartão Verde,

pelo qual sócios contribuem com o Amigos em Ação, tendo em troca descontos exclusivos em empresas. O sócio ainda recebe um guia com opções de lazer e serviços e acumula pontos que podem ser trocados por prêmios e brindes. Fica o registro da idéia, que envolve de uma só vez a comunidade e as empresas e fortalece ações sociais.

A ONG também promove seminários de discussão e construção de propostas relacionadas ao meio ambiente, coordena ações pontuais de conservação de espaços públicos e promove contato e pesquisa junto a comunidades indígenas. As ações refletem o propósito de convidar o cidadão ao entendimento e participação ambientalmente responsáveis, uma vez que grande parte das atividades é desenvolvida por voluntários treinados pela entidade. Como ressalta Almeida Junior, “precisamos semear no seio da sociedade o desejo de discutir sobre a natureza. Em especial, devemos ajudar os jovens cidadãos a descobrir que o meio ambiente é seu habitat e que tudo começa em nossa casa, nosso quintal, nossa rua, em nosso bairro”.

A torcida e o apoio são para a manutenção da condição preservada do Amapá, ainda bravo sobrevivente em um mundo selvagem cada vez menos sem selvas. 

Instituto Ecológico e Cultural Amigos em Ação

 Parque do Araxá, 3 – Araxá Macapá/AP

 conexao.amazonia@speeds.com.br

 (96) 223-6146

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Livros

Na trilha da cidadania

A obra (212 págs., distribuição gratuita), organizada por Hélio Batista Barboza e Silvia Craveiro, apresenta 14 iniciativas bem-sucedidas de promoção dos direitos dos povos indígenas. Todas foram premiadas, entre 1996 e 2003, pelo programa Gestão Pública e Cidadania, uma parceria entre a Escola de Administração de Empresas, da FGV/SP, e a Fundação Ford, com apoio do BNDES.

<http://inovando.fgvsp.br>

inovando@fgvsp.br

Artistas do invisível – O processo social e o profissional de desenvolvimento

Recém-lançado em português, o livro (264 págs., R\$ 48) do sul-africano Allan Kaplan apresenta uma abordagem radicalmente nova para a compreensão das organizações e para a prática de desenvolvimento social, que acolhe toda a complexidade do processo de transformação social. A publicação é um lançamento da Editora Peirópolis, em parceria com o Instituto Fonte.

www.editorapeiropolis.com.br

vendas@editorapeiropolis.com.br

www.fonte.org.br

Terceiro Setor e imunidade tributária – teoria e prática

Especialista em Direito do Terceiro Setor, o advogado Fernando Borges Mânica trata nesta obra (344 págs., R\$ 59) de questões polêmicas, como os direitos e limites da imunidade a impostos e as contribuições das organizações não-governamentais de educação e assistência social. Publicado pela Editora Fórum, o livro pretende colaborar com um processo de consolidação da legislação e do entendimento de jurisprudência acerca do tema.

www.editoraforum.com.br

livros@editoraforum.com.br

(31) 3225-0130 / 3225-0528

Terceiro Setor – temas polêmicos vol. 2

O segundo volume (128 págs., R\$ 39) da série Temas Polêmicos reúne artigos na busca de promover o debate sobre questões que afetam cotidianamente a vida das organizações sociais. O propósito da série é apoiar novas estratégias para o desenvolvimento social e lançar luz para a regulação do Terceiro Setor. Organizada pelo advogado e especialista da área Eduardo Szazi.

www.editorapeiropolis.com.br

vendas@editorapeiropolis.com.br

(11) 3816-0699



Cartilha esclarece dúvidas de ONGs

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) lançou recentemente a cartilha *Ação das ONGs no Brasil: perguntas e respostas*. Distribuída a parlamentares e entidades associadas à Abong – e disponível gratuitamente na internet –, a obra traz questões básicas sobre o universo das ONGs, como captação de recursos, prestação de contas, relação com o poder público e questões jurídicas, como a discussão de um marco legal.

www.abong.org.br

Guia gratuito de ajuda a crianças especiais

A Comvida, entidade que apóia e orienta crianças e adolescentes com necessidades especiais há 17 anos, disponibiliza gratuitamente em seu site o *Guia de ajuda para pais de crianças portadoras de deficiência mental e transtornos abrangentes do desenvolvimento*. A obra reúne, de forma inédita, informações sobre atendimento especializado nas áreas de saúde e psicopedagogia, com objetivo de orientar pais, educadores, médicos etc. No guia encontram-se locais de atendimento, literatura indicada, sites relacionados, glossário dos termos mais utilizados, entre outros assuntos.

www.comvida.org.br

comvida@comvida.org.br

(11) 5096-7789

Inclusão profissional de deficientes auditivos

A Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (Derdic), instituição filantrópica ligada à PUC/SP, está com inscrições abertas para o Programa de Orientação Ocupacional e Escolar (Pooe). O objetivo é oferecer oportunidades de trabalho para a comunidade surda de São Paulo. O programa informa as empresas sobre as características e habilidades do surdo e presta assessoria durante a seleção, treinamento e experiência do candidato. O interessado deve ter nível mínimo de perda auditiva de 41 Db, ser maior de 18 anos e ter pelo menos a 7ª série.

www.derdic.org.br

emprego@derdic.pucsp.br

(11) 5549-7785

Projeto de readequação de lares de idosos

O Instituto Brasil Acessível desenvolve o projeto Vovô Querido, que propõe reformas de infra-estrutura às entidades que abrigam idosos no estado de São Paulo. A ação visa a aplicação dos conceitos de arquitetura inclusiva em ambientes já construídos e também em novos projetos, para adequação dos espaços às necessidades específicas dos residentes. Dois abrigos já estão sendo transformados: a Casa dos Velhinhos Ondina Lobo e a Associação Lar para os Velhos São João.

www.brasilacessivel.org.br

São Paulo tem centro modelo de equoterapia

Começou a funcionar este ano, em Araçoiaba da Serra, São Paulo, o Centro Integrado de Equoterapia Novo Tempo (Cient), filiado à Associação de Convivência Novo Tempo. Com estrutura de 12.500 m², o espaço utiliza a equoterapia como atividade terapêutica e educacional, conduzida por uma equipe de psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e instrutores de equitação. A finalidade é oferecer benefícios aos praticantes, principalmente pessoas com deficiências, necessidades especiais ou distúrbios comportamentais e de aprendizagem, propiciando o desenvolvimento de suas potencialidades de saúde e melhoria na qualidade de vida.

www.equoterapianovaotempo.org.br

Revista Mãos Dadas

A publicação quadrimestral, lançada em novembro de 2000, tem como meta fortalecer e apoiar o trabalho que a Igreja Cristã realiza na luta pela dignidade de crianças e adolescentes em situação de risco. Com tiragem de 35 mil exemplares – sustentada pela parceria com organizações sociais evangélicas –, a revista é distribuída gratuitamente pela editora Ultimato a agentes sociais cristãos e lideranças eclesiais.

www.ultimato.com.br
cartas@maosdadas.net
(31) 3891-3149



Capa da edição de julho/2005

Vitrine social

Ação Comunitária

A entidade, com sede em São Paulo, desenvolve um projeto pioneiro de responsabilidade social empresarial e de formação de lideranças comunitárias.

www.acomunitaria.org.br
vendas@acomunitaria.org.br
(11) 5843-2922



Camiseta estampada com desenhos feitos por crianças atendidas

- Masculina – R\$ 13,20
- Feminina – R\$ 12,50



Porcelana ilustrada com diferentes desenhos. Releituras de artistas como Matisse, Portinari, Picasso e Tarcila do Amaral – R\$ 11,80

Núcleo de Apoio à Criança com Câncer (Nacc)

A associação promove o bem-estar de crianças carentes em tratamento de câncer nos Serviços de Oncologia Pediátrica do Recife.

www.nacc.org.br
nacc@nacc.org.br
(81) 3267-9200

Camisetas

- Adulto (P ao GG) – R\$ 12
- Infantil (4 ao 12 anos) – R\$10

Pulseira de borracha – R\$ 3

Chaveiro – R\$ 2,50

Tag para celular e caneta estilográfica – R\$1,50 cada



Sites

Direitos do paciente com câncer

No site da Unidade de Apoio aos Portadores de Câncer (Uniap), pacientes, familiares e interessados poderão fazer download gratuito do manual *Direitos do Portador de Câncer*. A publicação esclarece, por exemplo, dúvidas sobre isenção do Imposto de Renda, andamento prioritário de processos judiciais, levantamento do FGTS, seguro de vida e previdência privada, quitação de imóvel e auxílio transporte.

www.uniap.org.br
(19) 3426-5432



Vídeos da série de TV

Gente que faz

A Videoteca Virtual do Instituto de Empreendedorismo Endeavor, um dos maiores acervos sobre o assunto do Brasil, ampliou o número de arquivos que oferece gratuitamente. Três vídeos da série de TV *Gente que faz* já estão disponíveis no site. Idealizado pelo Banco Bamerindus, e lançado em 3 de dezembro de 1990, o programa alia doses equilibradas de jornalismo e histórias de sucesso. A videoteca também conta com mais de 170 vídeos de workshops, conferências e palestras, promovidos pela Endeavor.

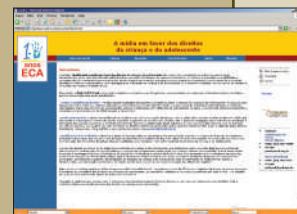
www.iee.org.br



Site comemora aniversário de 15 anos do ECA

Como parte do projeto Qualificando a mídia em favor dos direitos da criança e do adolescente, a Rede Andi Brasil lançou o site 15 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O intuito é auxiliar jornalistas, conselheiros e a sociedade em geral a entender o funcionamento dos órgãos criados pelo estatuto, bem como propor pautas na área, com foco nos Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos e nos Fundos da Infância e Adolescência (FIA).

www.andi.org.br/15anoseca



Produtos sustentáveis na internet

O Programa Saúde e Alegria (PSA), em parceria com o Programa Nacional de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, criou o site de produtos sustentáveis batizado de Mercado Amazônia. A página pretende divulgar o trabalho da população ribeirinha, indígena, cabocla e quilombola. Todos os produtos têm uma ficha informativa, que relaciona os materiais de que são feitos, a técnica utilizada, além de preços e prazos de entrega.

www.mercadoamazonia.com.br

